UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

Vitor de Castro Morais

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

Um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves

JUIZ DE FORA

2011

Vitor de Castro Morais

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

Um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves

Monografia apresentada ao curso de Geografia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Geografia.
Orientadora: Profª. Drª. Maria Lucia Pires Menezes

Juiz de Fora

2011

Vitor de Castro Morais

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

Um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisição do título de bacharel em Geografia, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Orientadora Prof.ª. Drª. Maria Lucia Pires Menezes (orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Leonardo Carneiro de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Bruno Bruziguessi Bueno
Universidade Federal de Juiz de Fora

Conceito: _____

Juiz de Fora

30/06/2011

Aos meus pais que me proporcionaram a vida.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de todo um processo que vivenciei nesta faculdade. Em cada linha está contido cada momento vivido com diversas pessoas queridas que junto comigo compartilharam momentos de alegrias, tristezas, indignação, revolta, de luta, conquista e todos os sentimento inerentes a nós, seres humanos. Porém ele é fruto principalmente da minha presença e atuação dentro de uma Universidade pública.

Portanto queria agradecer primeiramente todos aqueles trabalhadores e trabalhadoras brasileiras tanto do campo, como na cidade, que com o suor do trabalho me proporcionaram a estudar em uma universidade pública.

Agradeço aqui, imensamente, e não conseguindo expressar apenas em palavras, aos meus pais, que com todo amor, carinho, dedicação e muita luta me criaram e se esforçaram muito mais do que podiam para me ajudar a ser quem eu sou hoje.

As minhas avós, Deiva e Luzia, que também com amor e carinho sempre zelaram pela minha vida, e no período de faculdade sempre dispunham de um tempo de suas vidas para pedir minha proteção junto a Deus. Ao meu avô "Zelim" que mesmo não estando mais aqui, sempre vai servir de exemplo de dignidade, sabedoria, de trabalho que me fez crescer e aprender a respeitar e ajudar o próximo. Ao meu avô paterno, que mesmo não o conhecendo, sempre zelou pela minha proteção onde quer que esteja.

Agradeço também todos os meus tios que nesse período de faculdade sempre se dispuseram a me ajudar a qualquer momento, seja ajudando financeiramente nas viagens, seja mandando quentinhas de comida congelada, mas principalmente na disposição de sempre me acolher quando mais precisei, me dando amor, carinho e muitas alegrias.

A todos os meus primos, que durante uma vida toda, compartilhamos os mesmos momentos felizes que marcavam nossas viagens e principalmente as festas de Natal e Ano

Novo. Em especial, a Bruna e Rafael, pessoas com quem vivi momentos inesquecíveis em Juiz de Fora como, por exemplo, comprar hambúrguer com vale transporte.

A Dinda que com toda sua simplicidade de ser, sempre se esforçou pelo bem estar de toda a família.

Não podia nunca deixar de agradecer minha namorada Karine, que sempre me deu carinho, amor, alegria e principalmente sabedoria, compartilhando comigo algumas lutas visando, juntos, contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária que levasse a transformação social rumo ao comunismo. Não poderia deixar de agradecer a toda sua família, que se tornou minha, me dando muito amor e carinho.

Aos meus amigos da faculdade, que são parte integrante desse trabalho, que graças a suas amizades me proporcionaram participar de momentos inesquecíveis durante o curso como viagens, trabalhos de campo e os botecos da vida pelo Brasil e pelo Mundo.

Ao meu eterno grupo de turma, Bidu, Judson, Rafael (batata) e Sandro pelos momentos hilários vividos em sala de aula, nas apresentações de trabalho e em vários espaços que estávamos juntos.

Agradeço em especial a Carina, ao Daniel (bidu), a Dayana, ao Flávio, Gabriel, Gil, Judson, Lili, Nilo, Régis, Ricardo, Sandro e os demais companheiros que construíram e constroem junto comigo o D.A. de Geografia, lutando nas construções das semanas de geografia e principalmente no embate para a construção de um curso melhor e a AGB que nos faz enxergar uma geografia transformadora para a construção de uma nova sociedade. Agradeço também aos companheiros dos diversos partidos políticos, dos movimentos sociais que contribuíram em muito para a formação de um saber critico e popular. São pessoas em movimento que constroem verdadeiramente o “contra-espaço”.

Agradeço aos meus amigos de antes e de hoje que me ensinaram o verdadeiro sentido da amizade.

Ao grupo de pesquisa e extensão Ecomuseo da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima que me proporcionaram a participar de um projeto tão grandioso como esse e saber o verdadeiro sentido da atividade extensionista. Agradeço também de maneira especial a todo equipe do LATUR.

Agradeço ao professor Leonardo (Léo) que abriu os meus olhos para a Geografia, me mostrando o verdadeiro sentido de ser e pensar Geografia.

Agradeço imensamente a professora, orientadora e amiga Maria Lucia, com seu jeito impar de ser, me ensinou a fazer Geografia estendendo meu horizonte geográfico, proporcionando variadas experiências com os trabalhos de campo realizados, na orientação da monografia, no projeto de extensão e nas conversas do dia-a-dia.

Por fim e não menos especial, agradeço a Deus, que sempre esteve presente na minha vida e em todas a ações realizadas pelas pessoas que me ajudaram nessa longa caminhada.

Infelizmente não é possível aqui agradecer a todas as pessoas que queria, mas todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada, sintam imensamente agradecidos por tudo que fizeram por mim.

OBRIGADO!!!!

Ando devagar

Porque já tive pressa

E levo esse sorriso

Porque já chorei demais

Hoje me sinto mais forte,

Mais feliz, quem sabe

Só levo a certeza

De que muito pouco eu sei,

Ou nada sei

(Almir Sater e Renato Teixeira)

RESUMO

Esta pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia surge da necessidade de se conhecer melhor uma das expressões da sociedade civil que mais se destaca que são os movimentos sociais. Um fato foi determinante para a escolha desse tema. No dia 25 de março de 2010 houve a ocupação de uma propriedade rural, no município de Goianá pelo MST. Essa ocupação aconteceu com o apoio de varias entidades, dentre elas o D.A. GEO. Partindo desse pressuposto pretendo apresentar como os movimentos sociais são produtores de espaço e território a partir de territorialidades alternativas que poderão ser instaladas. Essa pesquisa irá trabalhar com os movimentos sociais ligados ao campo, mais especificamente o MST. Este trabalho pretende explorar a territorialidade que poderia ser instalada com o possível assentamento visando à construção de um projeto popular para o campo, buscando compreender como se dão as relações do modo de produção capitalista no campo e, a partir disso, se pensar em alternativas à organização da vida no campo atualmente imposta por esta sociabilidade; pensar, por exemplo, em métodos alternativos para a produção dos alimentos e de organização do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço. Território. Movimento Social. MST.

RESUMEN

Esta búsqueda de la fin del trabajo del curso de Geografía surge de la necesidad de comprender mejor una de las expresiones de la sociedad civil que son los movimientos sociales más importantes. Un hecho que fue crucial para la elección de este tema. El 25 de marzo de 2010 fue la ocupación de una finca en el municipio de Goiânia por el MST. Esta ocupación se llevó a cabo con el apoyo de varias entidades, entre ellos el D.A. GEO. Con base en este supuesto tengo intención de presentar cómo los movimientos sociales son los productores del espacio y del territorio y de la territorialidad alternativas que se pueden instalar. Esta investigación con los movimientos sociales vinculados al campo, más concretamente, el MST. Este documento tiene como objetivo explorar la territorialidad que podría ser instalado con la posible solución con el fin de construir un proyecto popular para el campo, tratando de comprender cómo dar a las relaciones del modo de producción capitalista en el campo y de eso, pensar en alternativas para organización de la vida en el campo que impone hoy la sociabilidad; pensar, por ejemplo, los métodos alternativos de producción de alimentos y la organización del campo.

PALABRAS CLAVE: El Espacio. Territorio. Movimientos Sociales. MST

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

Tabela 01 - Uso atual da propriedade 89

Tabela 02 - Classificação de terras por classes.....90

Tabela 03 - Porcentagem das classes.....91

Imagem 01 - Militantes do MST em protesto contra os 3 poderes em Brasília.....75

Imagem 02 - Marcha pela terra do MST.....80

Imagem 03 - Mapa de localização do estado de Minas Gerais, município de Goianá....81

Imagem 04 - Planta da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna.....88

Imagem 05 - Malha rodoviária que liga ao município de Goianá.....92

Imagem 06 - Presença da Policia Militar de Minas Gerais logo depois a ocupação da Fazenda Março de 2010.....95

Imagem 07 - Cozinha coletiva do acampamento Denis Gonçalves.....96

Imagem 08 - Horta comunitária no acampamento Denis Gonçalves 98

Imagem 09 - Barracos do acampamento Denis Gonçalves 101

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....13

Capitulo 1 - ESPAÇO, TERRITÓRIO E MOVIMENTO SOCIAL.

1.1 - Espaço.....19

1.2 - Território.....30

1.3 - Movimento Social.....38

1.3. - Lutas Sociais no Brasil a partir de 1964.....47

1.5 – Movimentos Socioespacial e Socioterritorial.....50

Capitulo 2 - **FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

2.1 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....53

2.2 – Processos de Territorialização do MST 59

2.3 – Propostas de Reforma Agrária Popular.....65

2.4 – Bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....76

CAPÍTULO 3 – A CIDADE DE GOIANÁ, A FAZENDA FORTALEZA DE SANT'ANNA E O ACAMPAMENTO DENIS GONÇALVES

3.1 – Goianá e a Fazenda.....81

3.2 – Fazenda Fortaleza de Sant'Anna 85

3.3 – Acampamento Denis Gonçalves.....95

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO

Conclusão.....106

Bibliografia.....114

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia surge da necessidade de se conhecer melhor uma das expressões da sociedade civil que mais se destaca que são os movimentos sociais. Vários motivos contribuíram para o meu interesse em estudar essa temática durante o curso, principalmente as experiências acadêmicas e a militância no movimento estudantil. No âmbito da militância, mais precisamente o Diretório Acadêmico do Curso de Geografia (D.A GEO), que me proporcionou uma formação diferenciada dentro da Universidade (UFJF). No que se refere à graduação, disciplinas como Formação Territorial do Brasil e Planejamento Territorial me proporcionaram maior aproximação com esta temática e a necessidade de investiga-la mais profundamente. Contudo, torna-se necessário compreender melhor a abordagem geográfica sobre os movimentos sociais ou compreender a espacialidade/territorialidade dos movimentos sociais.

Durante todo esse processo de formação um fato foi determinante para a escolha desse tema. No dia 25 de março de 2010 houve a ocupação de uma propriedade rural, no município de Goianá pelo MST. Essa ocupação aconteceu com o apoio de varias entidades, dentre elas o D.A. GEO.

Partindo desse pressuposto pretendo apresentar como os movimentos sociais são produtores de espaço e território a partir de territorialidades alternativas que poderão ser instaladas.

Essa pesquisa irá trabalhar com os movimentos sociais ligados ao campo, mais especificamente o MST.

O histórico dos movimentos sociais no Brasil contempla várias lutas travadas, muitas delas com êxito. Desde o Brasil colônia a sociedade se organiza para lutar por seus direitos e se manifestar contra qualquer tipo de situação que os afetem, por isso que se destacam no cenário nacional.

Movimentos Sociais é uma expressão usada para denominar organizações estruturadas com a finalidade de criar formas de associação entre pessoas e entidades que tenham interesses em comum, para a defesa ou promoção de certos objetivos perante a sociedade. São oriundos de conflitos e choques culturais através de diferenças da experiência política de cada local. Os objetivos desses movimentos podem ser também conforme o caso, a obtenção de direitos para seus membros ou a busca de interesses mais amplos da sociedade em geral.

Os movimentos sociais ao se manifestarem podem trazer consigo territorialidades. Por isso podem ser considerados como produtores de espaços. Ao produzirem espaços, podem ser considerados como movimentos geográficos (Cf. Fernandes, 2005).

Falar sobre movimento social é algo complexo, pois envolve diferentes variáveis além da política e economia. Desta forma, a partir da tese defendida por Fernandes, busca-se com este trabalho afirmar os movimentos como agentes transformadores de espaços, que podem, dependendo de sua perspectiva e objetivos, estabelecer novas territorialidades, e através da mobilização coletiva de vários segmentos da sociedade, contribuir para a construção de sociedade mais justa, sem classes.

Este trabalho pretende explorar a territorialidade que poderia ser instalada visando à construção de um projeto popular para o campo, buscando compreender como se dão as relações do modo de produção capitalista no campo e, a partir disso, se pensar em alternativas à organização da vida no campo atualmente imposta por esta sociabilidade; pensar, por exemplo, em métodos alternativos para a produção dos alimentos, focando no princípio da agroecologia.

Também pretende-se, no trabalho em tela, explicitar algumas dificuldades e fatores que se apresentaram como limites objetivos para o prosseguimento da ocupação desta propriedade rural no município de Goianá, uma vez que, o INCRA[1] ainda não atendeu o pedido de desapropriação da fazenda, mesmo esta tendo status no próprio laudo do INCRA de latifúndio improdutivo. Com isso, procura-se através de uma reflexão teórica crítica, avaliar o processo de ocupação procurando apontar estratégias e perspectivas planejadas pelo movimento para este acampamento que não puderam se concretizar assim como algumas atividades econômicas que poderiam ser desenvolvidas.

Para abordar e refletir sobre o processo de ocupação do MST em Goianá é necessário relacionar os objetivos e desafios encontrados pelo movimento com a configuração do campesinato no século XXI. Através do avanço da ofensiva do capital no campo, principalmente com o agronegócio, que se tornou o modelo padrão da agricultura brasileira, intensificou-se ainda mais a questão agrária no Brasil.

Sendo assim, este trabalho defende a agricultura camponesa como estratégia capaz de se apresentar como uma alternativa ao modelo baseado no agronegócio e se buscar formas de desenvolvimento a partir da produção com ênfase no cultivo dos alimentos. Pretende-se também evidenciar, neste processo de intensificação da captura do campo pelo capitalismo, a viabilidade da proposta de Projeto Popular apontada pelo MST que objetiva eliminar a pobreza no meio rural, combater a desigualdade social e a degradação da natureza, garantir a soberania alimentar com alimentos saudáveis, preservar a diversidade animal, vegetal e cultural em todos os territórios e garantir a participação igualitária das mulheres e dos homens.

[1] Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária.

Para a confecção deste trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas para garantir a leitura dos referencias teóricos assim como entrevistas e trabalhos de campo assim como também foram utilizadas das experiências pessoais no acampamento.

Como dito anteriormente, esse trabalho também é fruto da militância, principalmente no âmbito do movimento estudantil. Vale ressaltar a participação no movimento estudantil na ocupação, ajudando e fortalecendo a ocupação. Portanto algumas reflexões e relatos são frutos da participação pessoal no processo de ocupação.

O primeiro capítulo irá tratar dos conceitos como **Espaço**, **Território** e **Movimento Social**. Assim, conceito de **Espaço** utilizado neste trabalho tem como base a corrente da Geografia Crítica mais precisamente o conceito formulado por Milton Santos. No conceito de espaço de Milton Santos a relação homem natureza está contida no espaço. Porém o conceito de espaço para ele vai muito, além disso, desenvolvendo essa relação para a formação do espaço que nos tempos modernos se dá sobre a ótica capitalista, chegando ao que ele chama de período técnico-cientifico-informacional.

A construção de conceitos como Sistemas de Objetos e Sistema de Ação é baseada no desenvolvimento da economia capitalista, não sendo uma análise de espaço somente estruturalista.

Os Sistemas de Objetos seria a materialização do trabalho produzido pelo homem que se da por meio do Sistema de Ação. Nesse conjunto de sistema que forma o espaço se dá a transformação do mesmo num processo dialético e dinâmico.

Porém, movimentos sociais ao se territorializarem, trazem consigo diferentes perspectivas de desenvolvimento do espaço, o que Ruy Moreira (2002) vai chamar de Contra-Espaço.

O conceito de **Território** também é baseado em Milton Santos, como no termo "território usado". Mais outras perspectiva como a de "território numa perspectiva

integradora" em Rogério Haesbaert (2010) complementa o conceito. Nesse conceito integrador, todas as dimensões que são analisadas para a formação do território se dão de maneira dialética. Ou seja, a concepção natural, política, econômica e cultural do território se expressam no espaço para a formação do território.

A partir de então o território tem uma identidade, que é dada pela **territorialidade** expressa. A territorialidade seria para Sack (1986), a tentativa de um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

A territorialidade faz com que o território não seja uma esfera de manifestação social fixa, visto que ela está sempre em alteração. Elas reproduzem ações próprias ou ações apropriadas ao território em determinado período histórico. Dentre estas ações podemos citar os movimentos sociais que, dada uma determinada capacidade de articulação e mobilização pode se territorializar no espaço.

Para entender a categoria **Movimento Social**, é necessário entender de onde emanam essas expressões da sociedade. Para isso uso o conceito de sociedade civil discutido por Duriguetto (2007) baseado nas teorias de Gramsci. O conceito de sociedade civil em Gramsci segundo Duriguetto (op.cit) é a esfera onde se manifesta a organização e representação institucional dos interesses dos diferentes grupos sociais na elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias que tornamos movimentos sociais conscientes ou não dos conflitos e as contradições sociais.

Também vai ser discutido o desenvolvimento no tempo do conceito de Movimento Social, passando por aqueles movimentos sociais considerados clássicos como os sindicatos operários que se enxergavam na luta de classes e os novos movimentos sociais que surgem com novas demandas e com um novo comportamento de não enfrentamento com o Estado. Para isso foi usado autores como Duriguetto (2010), Montaño (2010), Siqueira (2002), Gohn

(2004), que abordam a temática de maneira a desenvolver um debate sobre a categoria Movimento Social.

O segundo capítulo irá tratar do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Irá mostrar como que surgiu o movimento, como o movimento começa a se territorializar pelo Brasil. Também irá mostrar qual é a proposta de Reforma Agrária defendida pelo movimento assim, como as bandeiras de luta que defendem.

Com se realiza uma análise de como as propostas defendidas pelo movimento e a nova territorialidade criada, constroem um contra espaço, um espaço, um território diferente daquele que se dá na logica espacial burguesa.

O terceiro capítulo irá tratar do estudo de caso, que é o acampamento Dênis Gonçalves, que se localiza no município de Goianá. Esse acampamento de inicio se constitui em uma propriedade improdutiva, chamada de Fortaleza de Santana, que pertenceu e pertence a famílias tradicionais da região e que tem uma historia de trabalho escravo e de produção de monocultura. Hoje o acampamento se localiza às margens da MG 353, por conta da reintegração de posse e desapropriação.

Também irá mostrar quais eram as estratégias do movimento com a ocupação da fazenda. Contudo irá mostrar também quais os motivos do INCRA não ter desapropriado a fazenda, verificando até mesmo as estratégias do movimento em ocupar a fazenda naquele momento.

O quarto capítulo irá trazer as considerações finais fazendo algumas analises e apontamentos sobre o tema tratado na presente pesquisa.

CAPÍTULO 1 – ESPAÇO, TERRITÓRIO E MOVIMENTO SOCIAL.

1.1) ESPAÇO

O conceito de espaço na Geografia é amplamente discutido, se tornando para alguns autores o objeto de estudo da ciência geográfica. No entanto o conceito espaço faz parte de uma das categorias de analise da Geografia e foi construído nas diversas correntes do pensamento geográfico.

A expressão espaço é utilizada por diversas ciências. A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço é indiscriminadamente usada, representando às vezes uma porção da superfície terrestre, o lugar onde o homem vive e as articulações desta relação sócio-espacial em variadas escalas.

Segundo Corrêa (1995:16), "a Geografia possui alguns conceitos-chaves, capazes de sintetizarem a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à Geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais".

A Geografia tem como objeto de estudo a dinâmica da sociedade e segundo Corrêa (1995) esse estudo se dá a partir de cinco conceitos: Paisagem, Região, Território, Espaço e Lugar. Cada um desses conceitos é modelado pela dinâmica da sociedade na superfície terrestre. Sendo assim são conceitos, abstrações, mas ferramentas que mesmo mutáveis, contribuem na análise de um momento histórico específico da sociedade.

O conjunto do pensamento geográfico chamado de Geografia Tradicional privilegiou em seus estudos os conceitos de paisagem e região. Estavam envolvidos nesses estudos geógrafos amparados pelos pensamentos positivistas e historicistas.

Segundo Corrêa (op.cit) "a abordagem espacial associada a localização" das atividades humanas e aos fluxos eram secundárias entre os geógrafos da época. Sendo assim o espaço não se constitui propriamente como um conceito chave na geografia tradicional, porém o conceito está presente na obra de geógrafos como Ratzel e Hartshorne.

Segundo Moraes (apud Corrêa, 1995), o espaço para Ratzel é indispensável para a vida do homem. É nele que o homem encontra as condições necessárias de trabalho, sejam elas naturais ou socialmente produzidas. Para isso, o domínio do espaço se torna crucial para a existência do homem.

Ratzel então lança dois conceitos fundamentais em sua Antropogeografia que é o de espaço vital e território, ambos baseados na ecologia. O conceito de espaço vital se baseia nas "necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais"(Corrêa, 1995). Seria segundo Moraes (apud Corrêa, 1995:18) "uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediado pela capacidade técnica".

Para Hartshorne é tarefa dos geógrafos descrever e analisar a interação e integração dos fenômenos no espaço. O espaço é visto como espaço absoluto que nada mais é do que um "conjunto de pontos com existência em si e são independentes de qualquer coisa". (Corrêa, 1995). O espaço aparece como um receptáculo que contem as coisas sendo empregado no sentido de área.

Posterior a essa corrente a Geografia Teorético-Quantitativa calcada no positivismo lógico, foi introduzida profundas mudanças na Geografia com o espaço aparecendo como conceito chave.

Conceitos que anteriormente eram utilizados foram deixados de lado ou reduzidos. O espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes que são: a noção do espaço através de uma planície isotrópica e o espaço a partir da representação matricial.

A planície isotrópica é uma concepção de espaço calcada num paradigma racionalista e hipotético dedutivo. É uma superfície uniforme nos mais variados sentidos, do ponto de vista geomorfológico, climático, biomas, assim como a ocupação humana. Nela haveria uma uniformidade da densidade demográfica, de renda, de padrão cultural, caracterizando uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e na maximização do lucro. A variável mais importante é a distancia. (op.cit).

A diferenciação desses espaços se daria a partir do tipo de atividade econômica implantada em determinado lugar. Portando cada "lugar" seria especializado em funções, não havendo desequilíbrios, já que se considera a homogeneidade do espaço.

O espaço a partir de uma representação matricial se baseia na análise de uma linguagem geométrica, partindo de ângulo comum que é o espaço. Essa análise é baseada na distância, orientação e conexão que serviria para entender as redes, as hierarquias que se formam dentro do espaço. O espaço geográfico então seria representado por uma matriz e sua expressão topológica que é o grafo (Corrêa, 1995).

Posterior a essa corrente, surge à corrente mais radical da Geografia, chamada de Geografia Crítica. A Geografia Crítica surge na década de 70 fundada no materialimo-histórico-dialético. O espaço também aparece como um conceito chave da geografia e com o debate se o espaço está presente ou ausente na obra de Marx.

O desenvolvimento do conceito de espaço baseado no materialismo-histórico-dialético se deu com as mudanças globais, principalmente com o advento das políticas neoliberais. Nesse período as contradições sociais e espaciais se tornaram mais evidentes, tanto nos países centrais como nos países periféricos.

Segundo Corrêa (1995) foi com o filosofo Henry Lefébvre que o espaço surge efetivamente sobre análise marxista. Para ele o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção, onde se reproduz a sociedade. Pois é em si, o espaço, um elemento fundamental na reprodução ampliada do capital.

No Brasil, Milton Santos contribui com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial. Para Milton Santos sociedade e espaço são pares, por isso fala em formação sócio-espacial. Uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço produzido e o espaço só é espaço através da sociedade. Para Milton Santos modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes.

Já na Geografia Humanista e Cultural o espaço passa a ter o caráter de espaço vivido.

Corrêa (1995) também diz que Y-FI-Tuan no estudo do espaço na geografia humanista considera os sentimentos de pertencimento ao lugar e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir de sua própria experiência. Sendo assim, o espaço se dá através da experiência de uma população formado pelos sentimentos e idéias que se dão numa porção da superfície terrestre. Essa experiência se baseia na vida de cada pessoa, a partir das relações sociais existentes.

No entanto a concepção de espaço utilizada nesse trabalho se baseia na teoria desenvolvida pala corrente geográfica denominada de Geografia Crítica, quando afirma que, como a cultura, a política e a economia são instâncias da sociedade, o espaço também é um produto social, que reflete os processos e conflitos sociais, ao mesmo tempo em que influi neles.

Para Milton Santos (1996) a geografia poderia ser construída a partir da consideração de que o espaço é um conjunto de fixos e fluxos. Os fixos são localizações no lugar, que permitem ações modificando o próprio lugar, criam ou renovam fluxos que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo o lugar. Os fluxos são um resultado

direto ou indireto das ações sobre os fixos, modificando a sua significação e o seu valor e se modificando ao mesmo tempo.

A proposta que o autor traz é que para na definição da Geografia considera que se cabe a ela estudar o "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação" conjuntamente configurando-se assim as formas do e sobre o espaço.

Portanto, dialeticamente, "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações não isolados, mas como o quadro único no qual a historia se dá" (Santos, 1996:51).

Santos (op.cit.) afirma que o espaço que antes era formado por uma natureza selvagem, tende a ser tecnificar cada vez mais a partir do momento em que os objetos naturais são substituídos pelos objetos fabricados, técnicos e mecanizados. O espaço atual então é marcado por um conteúdo gradativamente técnico.

É, então, um sistema de objetos cada vez mais tecnificado, comandado por sistemas de ações cada vez mais artificiais e estranhas ao lugar. Ao se interagirem, os sistemas de objetos condicionam as formas como se dão as ações. num processo dialético o sistema de ações leva a criação de novos objetos ou se realiza sobre objetos já existentes.

Milton Santos diz que para entender os sistemas de objetos, torna-se necessário entender o que são os objetos e porque da sua artificialidade. Para isso distingue objeto de coisa. As coisas são produtos da natureza e os objetos seriam o produto socialmente elaborado. Ou seja, a transformação da natureza pelo homem e pelo seu trabalho.

Hoje então os objetos tomam o lugar das coisas, pois as coisas quando utilizadas pelo homem a partir de um conjunto de intenções sociais passam a serem objetos. A natureza dessa forma se transforma em um conjunto de sistema de objetos.

Um objeto então seria tudo aquilo que podemos remeter a nossa consciência, pois ele tem essência e existência. "Tem essência porque possui uma determinada natureza pelo qual

ele se distingue de outros objetos e tem existência porque se comporta em relação à consciência de maneira a poder ser constatado" (Vilhena, 1979 apud Santos, 1996).

Para Santos a criação de objetos é subordinada as condições sociais e técnicas presentes em cada época. Sua reprodução depende também das condições sociais existentes. Às vezes um objeto é usado por determinadas pessoas em diferentes intervalos de tempo. Se em cada época é criado um novo modelo, o seu uso vai depender das condições sociais da época.

Para melhor entender o funcionamento dos objetos, temos que ter em mente que eles não funcionam de maneira isolada. Sendo assim essa dependência entre os objetos cria um sistema, pois somente são viáveis juntos.

Para a geografia, os objetos são tudo aquilo que existe na superfície terrestre. Nada mais é que uma mistura da natureza com o resultado da ação humana ao longo da história que se objetivou. Sua utilidade nos mais variáveis momentos históricos vem do uso combinado dos grupos humanos que os criaram e que os herdaram. Portanto, tem uso simbólico e funcional (SANTOS 1996). Sendo assim um objeto geográfico não precisaria ser criado podendo ter um objeto com diferentes estatutos epistemológicos.

No entanto Santos nos lembra de que o homem é um ser movido por ações. Segundo geógrafos como Philippe e Génèvieve Pinchemel (apud SANTOS, 1996:63) “os homens são seres de ação: eles agem sobre si mesmo, sobre os outros, sobre as coisas da terra”.

Para tanto, torna-se necessário entender o que é um ato, uma ação, um projeto. Um ato não seria um comportamento qualquer, porém um comportamento orientado que tem um sentido de atingir fins ou objetivos. (E. Rogers apud Santos, 1996:63). Para Chutz (apud Santos, 1996) a ação é a execução de um ato projetado e o seu sentido é correspondente ao ato projetado.

Sendo assim a ação modifica o meio. É ela a responsável pela transformação da realidade. Ela sendo responsável pela transformação da realidade é então dotada de propósitos, onde ao mudar alguma coisa, o agente responsável pela ação muda a si mesmo.

Portanto uma ação seria um ato projetado, dotado de intenções e propósitos, responsável por uma mudança onde ao ser projetado muda o mundo e a si mesmo.

Para Santos, nos dias de hoje a ações são cada vez mais estranhas a realidade do homem e do lugar. Muitas das ações que se exercem em um lugar são produtos de necessidades alheias.

Para isso temos que entender os atores responsáveis por essas ações. São ações hegemônicas e não-hegemônicas. Santos (1996) divide entre "atores que decidem", e os outros, estes representados pelos "homens comuns". Os que decidem são aqueles responsáveis por escolher que tipo de ação que vai se realizar, ou seja, responsáveis pelas ações hegemônicas. Logicamente essas ações vão ser dotadas de interesses desses decididores. Materializando as ações hegemônicas são dadas pelos representantes de governos, as elites políticas e econômicas, empresas multinacionais, Igreja, grandes corporações internacionais. O homem comum é o ator das ações não-hegemônicas, as quais são limitadas, sendo, freqüentemente, apenas o veículo e não o motor da ação.

Isso justifica a afirmação em que as ações são cada vez mais estranhas aos homens e aos lugares, pois as ações são impostas por um grupo pequeno de pessoas que detém o capital, os meios de produção e os meios de informação.

A escolha do chamado "homem comum" na maioria das vezes é limitada, pois participam de ações já estabelecidas. Essa limitação se dá devido ao nível de sua alienação e devido sua própria condição de classe. O "homem comum" por diversas razões desenvolvidas pelo Capital não sabe o poder que tem em suas mãos para as tomadas de decisões e a conseqüente realização da ação. Como conseqüência disso surge outra modo de limitação que

envolve a própria ação realizada. Ao serem munidos de consciência alienante, as ações que lhes cabem ou lhes permitem se baseiam na lógica capitalista, sendo, portanto, poucas as ações que lhes restam.

Santos também diz que só o homem tem ação, pois é o único ser vivo que tem objetivo e finalidade. Essas ações não se restringem somente a indivíduos, mais também a empresas e instituições. São resultantes das necessidades matérias, imateriais, econômicas, sociais, culturais, afetivas naturais ou criadas e que levam o homem a agir e criar funções. Essas funções se realizam através de formas sociais que conduzem a criação e ao uso dos objetos.

Sendo assim os objetos são produto dos processos sociais que nada mais são que ações. São as ações que definem o objeto, dando para eles um sentido e uma forma geográfica.

O espaço então seria a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais. Seria a forma e a vida que o anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade, justificando o conceito de formação sócio-espacial.

Milton Santos criou então as categorias de análise do espaço o qual deve ser analisado a partir da sua estrutura, do processo de construção, de sua função e da forma constituinte ou resultante, os quais devem ser considerados dialeticamente.

> Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em todalidade. (SANTOS, 1985:52 apud Corrêa 1995:30).

Nessa passagem Santos afirma o porquê que as categorias de análise do espaço devam ser consideradas em conjunto.

Segundo Santos:

> A forma é o aspecto visível, exterior de um objeto seja visto isoladamente ou em forma de arranjo formando um padrão espacial [...] A função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma [...] A estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas. O processo é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo continuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. (Corrêa, 1995:28,29)

Portanto o espaço é materialização da existência humana, criado originalmente pela natureza sendo constantemente transformado pelas relações sociais, configurando o arranjo espacial que é engendrado pelas forças do capitalismo hegemônico. É o encontro entre os tempos passado e futuro, e é antes de tudo, presente, pois são as relações sociais do presente que cristalizam e/ou substituem os momentos e ações passadas, projetando o futuro.

O conceito de espaço criado por Milton Santos se baseia no desenvolvimento do capitalismo, nas suas mais variáveis formas e como se concretizam no espaço através do tempo. Fala de uma formação socioespacial, onde não distingue sociedade e espaço, pois um dá sentido ao outro. As transformações engendradas pelos Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações se dão através do tempo no espaço, com implicação tanto no local global e vice e versa.

Assim, o espaço é construído através do tempo com a aplicação das forças de verticalidades e horizontalidades. Todo esse processo de transformação do espaço tem como principio a totalidade, onde se analisa o espaço como um todo que não é simplesmente a soma das partes.

Conforme anteriormente citado, com o surgimento da Geografia Crítica o espaço ganha um dimensão social e se torna o lugar onde se reproduzem as relações sociais. O espaço é analisado e entendido como um todo, onde se produz e reproduz as diversas relações sociais e onde predomina as idéias de uma classe dominante.

Portanto a configuração do arranjo espacial é engendrada pelas forças do capitalismo hegemônico. Segundo Moreira:

> Podemos falar, todavia de um arranjo infraestrutural e de um arranjo superestrutural: a função de fundação do espaço corresponde à infraestrutura, mas a constituição do todo cabe à superestrutura (Moreira, 2002:51).

Gramsci situa tanto sociedade civil como sociedade política no âmbito da superestrutura. Segundo Moreira, para Gramsci:

> Sociedade civil é a subesfera dos aparelhos ideológicos e culturais. Sociedade política é a subesfera dos aparelhos jurídicos e políticos relacionados ao exercício da coerção e consenso do poder e do domínio. A sociedade civil é o cerne do processo da história, porque dela a é que saem os elementos da unidade da infra e da superestrutura, através da hegemonia. (Moreira, 2002: 56).

O conceito de hegemonia em Gramsci segundo Sader (2005) combina a força e o convencimento. A partir do momento em que as classes dominantes se alinham, elas difundem sua ideologia e fazem com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas solidificando ainda mais seu poder.

Sendo assim a hegemonia se dá pela união da classe dominante que consegue difundir sua ideologia e fazer com que a classe dominada assuma aquilo como verdade, como certo.

Dentro do espaço então existem varias organizações da sociedade civil. O modo de construção da sociedade é o modo de construção do seu espaço (Santos 1978 apud Moreira, 2002). Moreira (2002), acrescenta que também é o modo de construção do seu contra-espaço.

O espaço da lógica burguesa, formado pela ideologia hegemônica, não é um consenso para toda sociedade. Dentro desse espaço existem diversos setores da sociedade que lutam contra a ordem dada.

Essas lutas se dão através de organizações de bairros, sindicatos, movimentos sociais, que lutam contra um modelo dado que não os representam ou que excluem parcelas da população.

Sendo assim, o espaço como existe não é formado por um consenso, onde os que não se identificam o questionam. Nesse momento pode se dar a origem do movimento do contra-espaço. Segundo Moreira (2002:63) “contra-espaço é o arranjo e manifestação espacial dos que contestam, numa afirmação do outro, a ordem do bloco histórico [...] tem caráter diverso em seu conteúdo e formas”.

Exemplificando, é contra-espaço, todo aquele movimento que não está de acordo com a lógica espacial burguesa, como uma greve de operários, uma ocupação de terra, manifestações do movimento estudantil, uma parada do orgulho Gay, as ocupações de terras etc.

No caso desse trabalho, o MST cria dentro do espaço um contra-espaço (Moreira, 2002). Vale ressaltar que o contra-espaço se localiza dentro do espaço, é o espaço propriamente dito, mas se torna contra-espaço por ir de encontro à hegemonia imposta. É um espaço onde uma visão de mundo alternativa tenta se impor, o que veremos mais adiante.

1.2) TERRITÓRIO

Apesar de ser um conceito chave na Geografia, território e territorialidade são também utilizados em outras áreas, logicamente com um enfoque em cada perspectiva.

> Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva"); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do individuo. (Haesbaert, 2010, p.37).

O conceito de território na Geografia surge na tradicional Geografia Política. Esse conceito surge no processo de como o espaço concreto que é ocupado por determinado grupo e que essa ocupação é como geradora de raízes e identidade (Souza, 1995).

Ratzel é um dos primeiros autores da Geografia Política. Sua concepção de território estava intimamente ligada ao referencial político do Estado-Nação, ou seja, a formação do território nacional. Para ele só existia Estado se tivesse a existência de um território.

Alguns autores como Robert Sack, analisa o território a partir das relações de poder, uma dimensão política. Porém não se restringe a somente isso, pois não ignora a dimensão econômica e cultural da sociedade para a formação do território, a partir do uso da terra e da significação do espaço respectivamente.

Sack trabalha em um nível muita mais material para sua formulação do conceito de território. Ele parte de seu conceito de territorialidade para definir território: “a tentativa de um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.” (Sack, 1986).

Para Sack a territorialidade pode ser ligada ou desligada e isso vai depender das necessidades do grupo humano que controla uma dada área. Isso nos mostra uma condição inerente ao território que é sua mobilidade.

Rogério Haesbaert em seu livro o Mito da Desterritorialização (2010) agrupa três vertentes básicas de concepção de território:

> Política que se refere às relações espaço poder em geral ou jurídico-política que se refere a todas as relações do espaço-poder institucionalizadas. É a mais difundida, pois o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder político do Estado;
> Cultural ou simbólico cultural onde prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto como um produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e
> Econômica que é menos difundida onde enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. O território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado nos embates entre classes sociais e na relação capital trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho. (Haesbaert, 2010: 40)

Também existe uma interpretação naturalista do território que tem como base as relações entre sociedade e natureza se referindo ao comportamento natural dos homens em relação ao ambiente físico e existência da harmonia entre os grupos e os recursos do meio (Haesbaert, 2010)

Apesar de reconhecer as vertentes citadas acima, Haesbaert (2010) diz que é importante organizar o raciocínio em outro patamar mais amplo, onde as dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem. Sendo assim Haesbaert

(2010) adota um conjunto de perspectivas teóricas baseadas nos binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo.

Haesbaert diz que:

> O binômio materialismo-idealismo se desdobra em função de duas perspectivas. A primeira é a visão na qual ele denomina de "parcial" de território. Aí enfatiza apenas uma dimensão, seja ela natural, cultural, simbólica ou política. A segunda é uma perspectiva "integradora" de território que envolve conjuntamente todas as vertentes. (Haesbaert 2010:41)

Já o binômio espaço-tempo, para ele tem dois sentidos:

> O primeiro tem um caráter mais absoluto ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal, seja na distinção entre entidade físico-material e social-histórica. O segundo se baseia na historicidade e na geograficidade onde um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinados períodos, grupos sociais e ou espaços geográficos. (Haesbaert 2010:41)

Dentro do par materialismo-idealismo, Haesbaert (2010:42) diz que "a vertente predominante é aquela que vê o território numa perspectiva materialista". Isso não significa analisar do ponto de vista das relações econômicas ou de produção engendrada por uma leitura marxista ortodoxa.

Muito do que foi propagandeado sobre o território foi no sentido do que diz respeito à terra, o que nos remete segundo território como materialidade, e em um outro sentido minoritário se referia aos sentimentos, oportunidades e simbologias sobre o território

Segundo Haesbaert (2010) dentro da perspectiva do materialismo existem 3 posições distintas para se conceituar território. De um lado, está a posição naturalista que caracteriza o território como uma vontade biológica do ser humano, ou seja, sua territorialidade se manifesta de forma natural, já determinada por um instinto ou por uma genética. Já sobre um ponto de vista social, consideram-se a base material, as relações de produção e a dinâmica capitalista como fundamento básico para a compreensão do território. Essas duas perspectiva

ou posições são extremas, pois uma tem um caráter natural, como o próprio nome já diz e a outra é construída através do tempo com as determinadas relações de produção de cada época. Intermediando essas duas posições têm a leitura do território como fonte de recursos.

A definição naturalista do território pode ter dois sentidos segundo Haesbaert (2010). Tanto pode ser na vinculação com o comportamento animal, ou seja, o comportamento natural dos homens ou o próprio mundo animal ou no sentido de se analisar a relação sociedade natureza.

Haesbaert aponta que nessa concepção de território haveria a necessidade de ser delimitar, ou seja, para os autores dessa corrente não poderia existir território sem um limite. Por conseqüência disso, os autores chegaram à conclusão de que não poderia haver território sem um tipo de disputa. Eles analisavam mais precisamente o mundo animal, porém faziam analogia com o mundo dos homens, pois afirmavam que não só o homem era uma espécie territorial, mas também os animais, pois tinham o mesmo comportamento territorial.

Território na concepção naturalista seria:

> (...) uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva. A palavra é também utilizada para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço. (Ardrey, 1969:10 apud Haesbaert, 2010:45)

Vemos que essa visão de considerar homem e animal com o mesmo comportamento é extremamente equivocada, já que sabemos que nosso comportamento humano não se dá de forma instintiva e sim pensada e racionalizada. Enquanto seres de ações agimos sobre nós mesmos e sobre os outros e sobre todas as coisas da superfície terrestre num emaranhado complexo de relações sociais.

Porém não se deve descartar totalmente a natureza na formação de um território. A dinâmica da natureza está presente em todos os momentos das nossas vidas. Fenômenos

naturais como chuvas, terremotos etc., são responsáveis pela dinâmica de muitos grupos humanos e sua reterritorialização. Isso sem dúvida alguma interfere na territorialidade humana e na conseqüência formação do território. Em um lugar onde uma catástrofe natural causou "destruição" do território, os grupamentos humanos vão ser obrigados a se desterritorializar, construindo outro território que pode ou não ter as mesma condições de desenvolvimento.

Portanto dentro da dimensão material do território, Haesbaert (2010) diz que é necessário de alguma forma considerar essa dimensão natural, nunca de forma dissociada, pois em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais.

Segundo Haesbaert (2010) a concepção de base econômica é a perspectiva materialista mais extrema, onde a envolve a concepção naturalista de território e também algumas esferas das Ciências Sociais. Muitos também dos autores que tomam essa concepção como base para definir território são fortemente influenciados pelo marxismo.

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (Godelier, 1984:112 apud Haesbaert, 2010:56).

Esses autores têm na sua definição de território uma forte referência à natureza reforçando a idéia de território como área defendida por um grupo humano em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários para a reprodução material do mesmo.

Alguns geógrafos possuem abordagens com dimensão econômica do conceito de território. Dentre eles a Haerbaert aponta que a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente é aquela defendida por Milton Santos onde o uso econômico é definido por excelência do território. Inclusive ressalta Santos 1994 (apud Haesbaert 2010) que o

“território tem seu caráter híbrido e historicamente mutável sendo o que ele tem de permanente é o nosso quadro de vida e o que faz dele um objeto de análise social é seu uso”.

Milton Santos utiliza a expressão “Território Usado” como correspondente à de “espaço geográfico”.

O território usado para Milton Santos seria:

> “o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entro o lugar, a formação socioespacial e o mundo (p.3). O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (p. 12)” (SANTOS 2000 apud HAESBAERT 2010: 59)

Milton Santos faz a distinção entre território como recurso e território como abrigo. Para ele:

> ... enquanto “para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”, para os “atores hegemonizados” trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantem sua sobrevivência nos lugares. (Haesbaert, 2010:59).

Em outra concepção, o território ganha uma ampla tradição no que se refere à política. Como dito anteriormente é no surgimento da Geografia Política que o território e até mesmo a territorialidade são tidos como conceitos chaves. Sendo assim, segundo Haesbaert (2010) o conceito mais tradicional de território está na concepção, onde se faz associação entre o território e a materialidade do Estado.

Ratzel é um autor clássico no que tange a concepção de território. Segundo Moraes 2000:19 (apud Haesbaert 2010:62), “na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial”.

Assim para Ratzel:

> Embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (p.73). Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (Ratzel, 1990:74 apud Haesbaert, 2010:63).

A concepção política de território dialoga diretamente com o campo simbólico. Na concepção idealista o território é visto a partir de um caráter subjetivo. Nessa corrente não são as características físicas do território que os criam. Tudo que se encontra ao redor do homem possui significados.

Sendo assim vimos diversas concepções do conceito de território. Porém não podemos entender a dinâmica de construção de um dado território apenas por uma concepção simples e pura, uma vez que todas as características inerentes a sociedade se comunicam e são interdependentes entre sim.

Por isso Haesbaert (2010) vê o território em uma perspectiva integradora. O território não pode ser considerado nem estritamente natural, econômico, político ou cultural.

Para ele a concepção de território estaria contida na perspectiva de uma "concepção multiescalar e não exclusivista de território, trabalhando a idéia de território como um hibrido seja ele entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas"(Haesbaert, 2010:77).

Sendo assim não se pode negar a dimensão cultural e simbólica do território, pois mesmo com o avanço da globalização e seus propósitos os lugares cada vez mais se tornam desiguais. Os territórios são produzidos por territorialidades que são frutos das relações sociais existente no espaço, a partir e uma determinada relação de poder.

Com isso cada porção do espaço, se territorializa de acordo com as variáveis e condições não estabelecidas, sejam elas naturais, econômicas, políticas e culturais presente

num dado momento histórico, pois o capital diferencia por necessidades próprias todos os territórios.

A partir do momento que um grupo social se manifesta no espaço geográfico, com determinadas demandas que se dão por conflitualidades e relações de poder, forma-se um Território. O território então é delimitado por relações sociais que o envolvem, relações pelas quais se baseia em determinadas relações de embate ou conflito de poder ou de contra poder. O contra poder pode ser entendido como a capacidade do ator social de resistir ao poder institucionalizado (Castells, 2007).

Qualquer grupo então pode formar um território. Os territórios podem estar superpostos em outros, seguindo a lógica do espaço e contra espaço.

1.3) MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais surgem enquanto possibilidades dos trabalhadores de expressar sua organização e resistência. Tem um caráter conflitivo e multidimensional especifico de cada grupo social. Os movimentos sociais emergem da sociedade civil organizada com interesses comuns.

Segundo Duriguetto Sociedade Civil é para Gramsci:

> ... a complexificação das relações de poder e de organização de interesses que fazem emergir uma nova dimensão da vida social [...] Essa esfera da superestrutura ideopolítica designaria o espaço em que se manifesta a organização e representação institucional dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais (Duriguetto, 2007:54)

Coutinho diz que:

> A sociedade civil se define como palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos privados, como sindicatos, partidos, atividades culturais. Expressa a articulação dos interesses das classes pela inserção econômica, mas também pelas complexas mediações ideo-politicas e sócio-institucionais (Coutinho, 1992:73 apud Duriguetto, 2002:10).

Gramsci incorpora a sociedade civil que possui uma dinâmica sócio-politica e organizativa em seu conceito de Estado.

Para isso Gramsci também denomina de sociedade política "o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante impõe coercitivamente a sua dominação" (Duriguetto, 2007:56)

Para Gramsci Sociedade Civil junto com a Sociedade Política, forma o Estado. A gênese do Estado consiste na divisão da sociedade em classes, razão porque ele só existe quando e enquanto existir essa divisão decorrente das relações sociais de produção.

As dinâmicas existentes no interior dessas esferas se distinguem em relação à função que cada uma exerce na conservação ou transformação das relações de poder existente entre as classes sociais e também a base sócio-institucional na qual a função se materializa.

Hoje então o que vemos é que a hegemonia dominante, que representa o Estado, se dá principalmente através da Mídia. São divulgados por esses veículos de comunicação o comportamento que a classe dominante quer que as classes subalternas possuam. Isso vem caracterizar a revolução passiva.

Nesse sentido de dominação e alienação das classes subalternas surgem grupos e consequentemente movimentos que querem ir contra o que está imposto. Surgem de diversas necessidades, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Esses movimentos, que sendo ou não de ruptura com o modelo vigente são chamados de movimentos sociais.

Segundo Siqueira (2002), Gohn levanta algumas problemáticas referente ao estudo dos movimentos sociais ao indagar sobre o papel dos movimentos sociais nos dia de hoje e o que acontece quando um Movimento Social se institucionaliza. Para ela essas questões são dadas como não resolvidas do ponto de vista teórico.

Para Gohn 1995, p. 44 (apud Siqueira, 2002), movimentos sociais:

> são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da

> força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Para Cassab:

> "Movimento Social é ainda hoje uma categoria em disputa, cuja definição não constitui um consenso entre os diversos autores que discutem sobre a existência ou não das formas de organização que poderiam ser denominados de movimentos sociais" (Cassab, 2006:131).

Ainda segundo Cassab:

> Alguns autores como Jacobi (1989) e Sader (1988), dizem da necessidade de pensar os movimentos a partir de seus momentos e dinâmicas especificas, procurando entendê-los como processos abertos que potencializam diferentes formas de ação coletiva e de interação e/ou negação frente ao modelo vigente (Cassab, 2006:132).

A identificação das classes populares como uma nova força social frente às contradições criadas pelo capitalismo faz então surgirem os movimentos sociais. Os movimentos sociais tradicionais eram pensados na questão de classe e onde estavam depositadas todas as esperanças de mudanças futuras.

O Movimento Social se constituiria como "mais uma força social capaz de canalizar transformações que levariam as mudanças na sociedade como um todo" (Martins, s.d.:20 apud Cassab, 2002:135).

Alguns movimentos sociais só são vistos dessa forma porque têm um confronto direto com o Estado, colocando em cheque o modelo capitalista, por isso algumas leituras de caráter revolucionário.

Até a década de 70 no Brasil, os estudos sobre a temática Movimento Social tinham o populismo (Cf. Cassab, 2002) como matriz principal de análise. Porém na entrada da década de 70 essa teoria sofre uma ruptura e a reflexão sobre os movimentos de massa ganha importância. Neste momento, os movimentos sociais passam a ser estudados como atores políticos na sociedade. Mudou a forma de ver a organização dos trabalhadores. Ao invés de serem considerados massas de manobras de partidos políticos e sindicatos, passam a ser

reconhecidos como uma organização coletiva. Houve, então, uma nova concepção de organização e de fazer política.

Essa mudança na concepção sobre os movimentos sociais se deu por conta da instalação do Estado repressor no Brasil a partir da implantação do regime militar. Surgem então no país, inúmeras manifestações com o novo caráter organizativo dos movimentos sociais além de expressarem a questão da identidade própria.

Porém nem sempre os movimentos querem a ruptura com o modelo vigente. Assim são os chamados novos movimentos sociais.

Os movimentos sociais clássicos são ligados diretamente às lutas de classes vinculadas à contradição capital/trabalho. Dentro dessa corrente estão os movimentos sindicais e trabalhistas que enfrentam o capital com objetivo imediato de diminuir e regulamentar a exploração e, também, os movimentos de libertação nacional, socialistas ou anti-imperialistas que visam à superação da ordem vigente (Duriguetto; Montaño, 2010). Esses movimentos surgem já no século XIX e vem atuando até hoje.

Em meados do século XX surgem os chamados "novos" movimentos sociais que têm o objetivo de um lado, de ser um complemento das lutas de classe dos movimentos clássicos e, por outro lado, são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda.

Os "novos" movimentos sociais em princípio possuem um distanciamento dos movimentos clássicos por não serem de caráter classista.

Isso não significa que em determinados momentos históricos eles podem a vir ser um movimento de resistência frente ao modelo vigente. Para Gohn (apud Siqueira, 2002) os chamados "novos" movimentos sociais se contrapõe aos tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos.

Segundo Siqueira, 2002:

> Os "novos" movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

O surgimento e desenvolvimento dos "novos movimentos sociais" se deu num contexto marcado pela expansão capitalista mundial e pela divisão do mundo em dois blocos que teve como consequência a guerra fria.

Com o advento da guerra fria, entre a primeira potência imperialista mundial que acaba de ganhar esse status e a URSS, os EUA usam como principal instrumento para aprofundar sua dominação no continente americano a ofensiva militar e política apoiando diversos golpes militares. Este movimento impositivo veio a destruir organizações de esquerda e que teve como consequência assegurar terreno livre para o desenvolvimento do capitalismo nesses países.

Bihr (1998), diz que duas características são pertencentes aos novos movimentos sociais.

> a) Seu campo de mobilização e as questões de suas lutas situam-se geralmente foda da esfera imediata do trabalho e da produção, e seus protagonistas mantêm, em geral, uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade em relação às suas formas organizacionais e às referencias politicas e ideológicas do movimento operário, os de orientação social-democrata ou os de orientação pró-soviética; b) esses novos movimentos sociais também, em geral, possuíam uma postura "anti-Estado" e "antipartidos políticos" Bihr, 1998, (apud Duriguetto; Montaño, 2010: 266).

Ainda, segundo esse mesmo autor, pontos positivos desses movimentos são vistos ao colocarem no cenário político temas como a questão de raça, gênero, religião, sexualidade dentre outros, os bens de consumo coletivo, o que contribui para entender "que as condições reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender a totalidade das condições sociais de existência". (Duriguetto, Montaño, 2010:266)

Mas segundo Bihr (Op. cit.), esses novos movimentos possuíam limites, limites esses que vieram a tirar desses movimentos a possibilidade "de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes" Duriguetto, Montaño, 2010:266. Os limites apontados pelo autor são que a intervenção desses novos movimentos não colocavam em cheque as relações do sistema capitalista. Outro limite apontado pelo autor se refere ao particularismo das demandas de luta. Cada luta era independente da outra, fazendo com que os grupos não se relacionassem.

Portanto esses novos movimentos sociais tinham clara a perspectiva de não defrontação com o Estado, uma vez que acreditavam que a manutenção do sistema era possível, mesmo com suas pautas de reivindicação.

Sabemos que todos os problemas do capitalismo se desenvolvem em cadeia, não sendo possível analisá-los individualmente. Mesmo com as novas e importantes pautas que surgiram com os novos movimentos sociais, como a questão do racismo e da homossexualidade, sabemos que esse tipo de problema se desenvolve na sociedade capitalista, como forma de marginalizar aqueles que não seguem a cartilha da sociedade dominante e conservadora.

Portanto, torna-se necessário essas lutas terem como pauta a transformação do sistema e os movimentos se enxergarem na luta de classe, assim como os movimentos operários, pois só assim os conceitos fundados na sociedade capitalista irão mudar. Muda a sociedade mudam-se os conceitos.

Segundo Sader (apud Duriguetto; Montanõ, 2010) no decorrer do século XX a América Latina viveu três períodos diferenciados. Num primeiro momento ele diz que uma extensão do século XIX "com predominância de um padrão de acumulação primário-exportador ao qual correspondiam regimes políticos oligárquicos, em que as distintas frações das elites econômicas disputavam entre si a apropriação do Estado" (Duriguetto; Montanõ, 2010: 250). Ou seja, foi um período baseado em uma economia de acumulação dos produtos primários para exportação e com a disputa de poder entre as oligarquias existentes. Um segundo momento onde se refere à crise de 29. Após a crise alguns países foram obrigados a desenvolver a indústria mesmo que de forma atrasada e pequena, mais que atendesse uma demanda interna existente. Isso propiciou que esses países entrassem no desenvolvimento do capitalismo mundial mudando seus direcionamentos políticos e econômicos. Com isso novos blocos das classes sociais subiram ao poder. Em contraproposta os trabalhadores se fortaleceram para reivindicar direitos e melhores condições de trabalho.

O terceiro momento é caracterizado segundo Sader, "pelo esgotamento do modelo econômico de substituição de importação em meados da década de 60 e 70, com a consequente consolidação das grandes corporações internacionais nos espaços nacionais" (Duriguetto; Montanõ, 2010: 250). Esse processo de avanço do desenvolvimento do capitalismo faz com que revoltas e revoluções aconteçam em vários países.

Mas com apoio do imperialismo americano, para conter tudo isso foram empoderados vários golpes militares, além de mecanismos de incidir ideologicamente a população a partir da cooptação dos intelectuais, que formavam opinião em jornais e nas universidades. Também contribuiu a inibição das lutas sociais pela ditadura militar, pois só assim as politicas pretendidas pelos EUA poderiam vingar, barrando a ofensiva socialista que emergia.

A situação dos movimentos sociais hoje no Brasil é fruto do movimento de descenso das massas. Com a politica neoliberal implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso,

houve um processo paulatino de criminalização dos Movimentos Sociais, implantado pelos meios de comunicação, das forças politicas e das repressões policiais, inclinadas ao neoliberalismo.

Esse momento pode ser também fruto do fim da União Soviética e das experiências socialistas no leste europeu, que intensificaram a ofensiva capitalista frente aos movimentos sociais, que não conseguem alterar as correlações de forças causando um refluxo das lutas sociais.

No entanto alguns movimentos resistiram a todo esse processo de criminalização dos governos citados. Alguns exemplos podem ser citados de grande mobilização no Brasil organizada pelos Movimentos Sociais, que foi o plebiscito contra a ALCA no ano de 2001 onde mais de 10 milhões disseram não ao tratado e a marcha realizada pelo MST em 1997 e 1999, mostrando a força do movimento para contrapor a repressão.

Apesar de todo processo de criminalização dos movimentos sociais, estas campanhas tiveram grande aceitação por parte da sociedade, gerando impactos positivos para o enfrentamento contra o governo nesses temas.

Porém um momento único estava para acontecer no Brasil, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002. O PT, fruto da articulação de esquerda brasileira, com seu passado histórico contra a ditadura militar e os questionamentos ao sistema capitalista, chega à presidência com sua figura maior, ex-líder sindical, representante do povo brasileiro no poder.

A eleição de Lula foi o grande momento para o movimento da esquerda brasileira, onde várias correntes se uniram fato que não aconteciam há anos.

Nos anos que se estende de 2003 até 2010, duração dos dois mandatos de Lula, os movimentos sociais viveram uma situação única. Estava no poder um presidente apoiado

pelas forças sociais, mais que pouco fazia de maneira efetiva para a classe trabalhadora no Brasil.

Nesse período então se verifica um verdadeiro marasmo nas mobilizações populares, pois houve um enveredamento da luta dos trabalhadores exclusivo ao institucional com o abandono das lutas de base, fazendo com que muitos dos movimentos perdessem forças, perdessem sua base, por conta de uma contradição que para uns nunca existiu, pois estava claro na carta programa de Lula em 2002, a continuidade das politicas neoliberais.

O governo Lula, só se sustentou devido à conjuntura internacional. Destinou quase que totalmente investimentos públicos em obras de infraestrura, favorecendo ao grande capital, e graças aos programas assistencialistas, que foram implantados para a população de baixa renda.

Esse cenário de marasmo de lutas sociais se estendeu por toda a America Latina, com exceção na Venezuela com Hugo Chaves e na Bolivia com Evo Morales, apesar do governo populista de Kirchner na Argentina e o governo de centro-esquerda de Bachelet no Chile.

Em alguns países da América Latina as organizações populares vêm se manifestando, o que pode ser um indício da retomada da luta popular no continente. Tudo é tudo muito imprevisível, uma vez que o processo de criminalização dos movimentos sociais ainda é grande, e os ditos governos de esquerda ainda estão no poder, fazendo com que os movimentos sociais percam força para as mobilizações em massa.

1.4) LUTAS SOCIAS NO BRASIL A PARTIR DE 1964

No Brasil o período de 1964 até o ano de 1974 é marcado por grande repressão, já que tinha se instalado a ditadura militar. Nesse período, todos os movimentos sociais existentes foram postos na ilegalidade, sob forte ameaça de repressão.

Ainda "o milagre econômico" ajudou ainda mais a desmobilizar a classe trabalhadora, uma vez que permitiu setores populares da população brasileira a ter acesso a alguns bens de consumo e permanentes, como a casa própria.

Mais ao fim do milagre econômico setores da igreja católica se radicalizaram e juntamente com a esquerda brasileira começaram a desenvolver trabalhos junto às comunidades, fato que revela a única maneira das camadas populares participarem da política.

Gohn ao analisar a conjuntura latino-americana, durante os períodos dos anos 70 e 80 diz que:

> A cultura política latino-americana se transformou neste período, ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados. Isto se deu graças a uma longa experiência de resistência e de oposição as formas de dominação, com rompimento – entre alguns setores sociais – da clássica cultura politica de aceitação da dominação, de troca de favores, de espera e imobilidade da sociedade diante de um Estado tido como todo-poderoso (Gohn, 1997, p. 226-227)

Trazendo essa passagem para o cenário brasileiro podemos observar que a população voltava a se manifestar, principalmente contra o governo ditatorial, potencializando e multiplicando diversas lutas no cenário brasileiro.

O período compreendido entre os anos de 1970 a 1985 é considerado um dos mais importantes do país. O movimento político formado por setores da igreja (CEBs) e da esquerda brasileira possibilitaram importantes articulações políticas, formando partidos políticos, centrais sindicais, movimentos rurais e urbanos, mobilizando assim toda a sociedade civil.

As Comunidades Eclesiais de Base foram um importante instrumento para a articulação da luta contra a ditadura no Brasil. Nos anos da ditadura militar, os membros das comunidades de base tiveram participação ativa na construção da oposição popular. Muitas das pessoas que fizeram parte foram presas, torturadas e em alguns casos mortas pelas forçar repressoras do Estado.

O fortalecimento das comunidades de base segundo Betto (1981) se deu devido à própria conjuntura nacional que se passava. Ela se fortaleceu a partir do momento em que a ditadura boicotou os meios de participação popular, tornando a Igreja o único palco disponível para as manifestações sociais.

Isso também se deu devido ao pensamento da Teologia da Libertação que aflorava na Igreja Católica. Alguns teóricos da teoria da libertação no Brasil se aproximavam do marxismo fazendo com que sua atuação política se aproximasse do movimento de esquerda crescente no país, tendo forte aproximação com o PT que despontava como um importante partido de esquerda na época.

As CEBs se expandiram por todo país abrangendo além das áreas urbanas, as áreas rurais, ampliando a participação popular a partir da reflexão sobre os problemas dos bairros, da família e do trabalho. Elas ajudaram a criar os clubes de mães, movimentos da saúde e educação, pastorais operárias e da juventude, dos grupos defensores dos direitos humanos e das lutas reivindicatórias urbanas, fortalecendo o movimento operário e aderindo a uma nova reformulação partidária.

Nesse momento, movimentos como o de redemocratização do país, o movimento sindical, o movimento estudantil, o movimento para o pluripartidarismo, a luta pela anistia, a atuação da comissão pastoral da terra, dentre outros, se manifestam em prol de suas reivindicações. É importante salientar que todos esses movimentos conversavam, uma vez que existia um inimigo em comum, que era o governo militar.

Também é no período de 1965 a 1980 que ocorre segundo Giannotti (2007) uma ofensiva de "modernização conservadora" no campo brasileiro: - a chamada revolução verde, com forte apoio do governo. A ditadura ofereceu todo o tipo de crédito e extensão rural existente para fortalecer essa nova ofensiva capitalista no campo, baseada na mecanização do campo e no uso de adubos e defensivos químicos nas lavouras.

Isso também incentivou ainda mais o desenvolvimento das monoculturas, fortalecendo as plantações de milho e soja, que se tornam *commodities* e que ainda hoje batem recordes de exportação. Também concentrou ainda mais as propriedades de terras, atendendo a elite brasileira, empresarial e fundiária, em detrimento dos camponeses. Com esse processo o êxodo rural foi intenso, uma vez que não tinha mais emprego em função da mecanização e de novas técnicas de produção. Assim o excedente populacional vinculado às antigas formas de produção, incluindo pequenos produtores foram para as cidades e na época de colheita trabalhavam como bóias-frias.

É nesse contexto que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é uma resposta a toda essa ofensiva contra o povo do campo brasileiro.

1.5) MOVIMENTOS SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL

Analisando os movimentos sociais do ponto de vista geográfico, podemos afirmar que eles são movimentos sócioespaciais e/ou sócioterritorial. Ao considerar os movimentos sociais sobre uma perspectiva geográfica é preciso compreender as formas de organização dos movimentos no espaço, território ou no lugar produzido por suas ações e relações sociais. É possível, então, analisar como os movimentos constroem espaços e territórios a partir de suas ações. (Fernandes, 2005)

Segundo Fernandes (2005) as formas de organização, as relações e as ações dos movimentos sociais acontecem no espaço. Analisando os Movimentos Sociais do ponto de vista geográfico temos que levar em consideração não somente as formas de organização, as relações e as ações, mais também compreender os espaços e territórios localizados e produzidos pelos movimentos.

Fernandes (op. cit) diferencia os movimentos socioespaciais dos socioterritoriais. Para tanto enuncia que todo movimento é socioespacial, pois se realiza no espaço. Sendo assim todos os movimentos socioterritoriais também são socioespaciais, pois são construídos a partir do espaço. No entanto, um movimento se caracteriza como socioterritorial quando tem o território como disputa, ou seja, necessita do território para sua existência, de uma porção do espaço físico para se desenvolver e instalar sua territorialidade.

Os movimentos socioterritoriais, segundo Fernandes (op.cit) constroem espaços políticos, se espacializam e promovem espacialidades. Também toda construção de territórios feitos por esses movimentos podem desarticular ou mesmo, destruir outro território pré-

existente. Sendo assim, processos como o de territorialização e desterritorialização acontecem a todo o momento.

Os movimentos sociais territorializados ou sócioterritoriais estão organizados e atuam em diferentes lugares ao mesmo tempo. Isso só é possível devido a sua forma de organização que é a territorialização (Fernandes 2001). Assim os movimentos sócioterritoriais possuem uma dimensão politica que supera os limites de sua atuação local. A territorialização tem que ir além do lugar, sempre na perspectiva da construção de uma nova realidade.

É nesse contexto que se encontra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É um movimento que tem como pauta principal de luta a conquista da terra. Para se chegar aos objetivos proposto pelo movimento, a conquista da terra é de fundamental importância, pois só assim poderá desenvolver a territorialidade proposta pelo movimento.

Sendo assim justifica fazer a analise conceitual de espaço, território e Movimento Social conjuntamente, a partir do momento que se entende que a atuação dos movimentos sociais transformam o espaço, dando a ele uma nova dinâmica regida pelas ações dos integrantes do movimento social.

Portanto um Movimento Social ao se manifestar no espaço traz consigo novos significados vislumbrando a sua materialização. Como os movimentos sociais surgem enquanto uma possibilidade dos trabalhadores expressarem sua organização e resistência, ele tem um caráter conflitivo e multimensional, tendo em comum os interesses que os norteiam para a luta.

Assim, MST ao se constituir, traz consigo formas de organizações contrárias à logica espacial burguesa. Na definição de Moreira (2002), o MST ao se manifestar cria um contra espaço, pois defende a realização da Reforma Agrária e a construção de uma sociedade igualitária, solidária ecologicamente sustentável, com novos valores e novos princípios.

Esse contra espaço é materializado a partir da expressão de uma nova territorialidade em disputa que é implantada criando diferentes leituras do espaço. Essa nova territorialidade em disputa é o território, que é apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir da receptividade a nova territorialidade em construção.

Todos esses conceitos, não são indissociáveis, sendo necessário analisá-los de forma conjunta e simultânea, pois ao MST ao se manifestar, consequentemente cria-se um contra espaço que faz com que o movimento se territorializa a partir da nova territorialidade imposta baseada em um novo modelo econômico, social, cultural e ambiental.

CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

2.1) MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

"... centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a "modernização" do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais" (MST).

Assim nasce o MST em 1984, fruto de muita luta e resistência contra o projeto centralizador e opressor da ditadura militar brasileira a favor do capitalismo internacional. Na época, a politica agrícola implantada pelo governo militar era baseada na Revolução Verde, que nada mais era que a mecanização do campo, o uso de agrotóxicos e o incentivo a monocultura, que contemplava somente os interesses da agricultura capitalista ou dos agronegociantes a fim de atender uma demanda internacional.

Com a forte repressão dos anos iniciais da ditatura, os conflitos e manifestações cessaram, ou melhor, foram sufocados. Isso não quis dizer que os problemas estavam

solucionados. O período de dormência dos movimentos sociais por conta da repressão veio a potencializar ainda mais os problemas sociais no Brasil.

A partir da metade dos anos 70, os movimentos voltaram, intensificando suas lutas.

Segundo Fernandes (2007), no campo a Comissão Pastoral da Terra (CPT[2]) era a responsável pelas lutas, que a partir de experiências de luta pela terra gestou o MST. No Brasil dessa época existiam diferentes formas de resistência do campesinato, dentre elas a luta para continuar no trabalho da terra, assim como a resistência dos posseiros da Amazônia. Outro exemplo, a luta para "entrar" na terra, isto é, conquistar uma parcela de terra para sustento familiar, como as ocupações no Nordeste e Centro-Oeste, todas elas como pauta a reforma agrária. Nessa época a luta camponesa era a principal forma de ter acesso a terra.

Na década de 80, os movimentos camponeses e a CPT recolocaram na pauta política do país a questão da reforma agrária, transformando a luta camponesa em uma das principais formas de acesso a terra no país. Segundo Fernandes (2007) a luta camponesa compreende a organização social e o território, sendo estes partes indissociáveis do processo.

As primeiras ocupações de terra do MST, segundo o autor aconteceram entre os anos de 1979 e 1985. Essas ocupações eram organizadas pelas famílias comissões e setores para cuidar da luta pela terra. Esse período é considerado embrionário, pois o MST já vinha no processo de formação.

Tais ocupações vieram a se tornar modelo de organização do MST. Este teve como referência para a formação do movimento as ligas camponesas. As Ligas Camponesas segundo João Pedro Stedile (2006) foi o principal movimentos das massas camponesas no período que vai de 1954 até 1964. Foi um poderoso movimento de massa com forte

[2] A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia

capacidade de mobilização e que reivindicava mudanças no campo, lutando pela reforma agrária.

Foi uma forma de organização camponesa do Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que lutavam pela reforma agrária com o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra". Além da mobilização de massa, a ocupação de latifúndios era um dos meios da Liga de tencionar o governo sobre a questão da Reforma Agrária.

Segundo Stedile (2006) o ideal, as formas de lutas, a obstinação, o comprometimento e a força das Ligas estão hoje desenvolvidos, atualizados e reiterados na luta do MST, que é o herdeiro natural da daquela histórica organização.

Nesse momento o MST ainda não existia como nome, mas teve como referência tal contexto de luta em sua formação. Para Fernandes (2007) esse período constitui-se numas das etapas do processos de formação do movimento.

A CPT cumpriu um papel extremamente importante para a criação do movimento, pois ela era a responsável por articular e organizar os trabalhadores rurais nas ocupações realizadas antes da fundação oficial do movimento.

Fernandes (2007) diz que o período que antecede a fundação oficial do MST é de grande relevância, pois as experiências constituídas a partir da criação de comissões, setores e coordenações ajudaram a definir o modelo de organização do movimento. Também o período de sua gênese é extremante importante, porque foi nesse período que o movimento se territorializou permitindo-o crescer e se articular nacionalmente para que fosse garantido ou houvesse a resistência aos enfrentamentos com as forças adversárias.

Podemos afirmar então que o movimento dos trabalhadores rurais sem terra só veio a se fortalecer graças à conquista do território. Sem a territorialização do movimento, a luta pela terra no Brasil não ia ter vingado. O MST se territorializa e avança na luta a partir do

momento em que ocupa terras, que é uma forma de enfretamento e resistência para a recriação do campesinato. É a conquista da terra de trabalho contra a de negocio e exploração e frente às propriedades improdutivas que atendem ao capital.

Seguindo seu processo de formação, segundo Fernandes (2007) entre os anos de 1985 a 1990, o MST se territorializa em todos os estados brasileiros se consolidando como um movimento nacional.

Diferentemente do primeiro momento, em que a luta era de posseiros e arrendatários expulsos da terra, a luta agora era de trabalhadores rurais assalariados que ocupavam terra para se livrar do assalariamento.

Cabe aqui ressaltarmos que apesar de serem trabalhadores assalariados, as condições de trabalhos eram precárias. Os salários eram defasados, as jornadas não eram respeitadas, sem falar da condição de miséria das famílias dos trabalhadores, não tendo uma casa digna para o conforto da família, não tendo serviços básicos como educação e saúde para desfrutarem e muito menos o lazer, que é um direito a todos. Com tudo isso, os trabalhadores viam na terra um motivo para melhorar de vida. Acreditavam que tendo sua própria terra as condições de vida iam melhorar.

Para o MST garantir sua soberania e ampliar seu processo de territorialização é necessário um trabalho de base intenso, tanto com as famílias já ocupadas/assentadas, quanto com as novas famílias que estão na luta. É de extrema importância que as famílias já assentadas permaneçam na luta, pois só assim o movimento ganha autenticidade e força. O trabalho de base recria a luta pela terra, não deixando que o movimento se perca. Isso foi importante no processo de fundação e ainda continua sendo muito importante nos dias de hoje, ainda mais em época de descenso da organização dos Movimentos Sociais.

Ao longo da sua historia o MST não tem somente a ocupação de terra como forma de luta. Talvez seja a forma mais concreta de territorialização do movimento. Mas também o

movimento se manifesta a partir de marchas, ocupações de prédios públicos, empresas privadas. Todas essas manifestações são formas de pressionar o Estado e chamar a atenção da sociedade para o problema da terra no Brasil. Talvez essas outras manifestações sejam responsáveis pela territorialização do movimento num sentido mais amplo, a partir do momento quando se territorializa no imaginário de toda a sociedade.

Ao longo da sua historia o movimento por necessidade de apoio para a luta, se aliou a outras organizações políticas sem criar relações de dependência. Mas em alguns casos como aponta Fernandes (2007) essas articulações queriam tomar a frente do movimento. Para que isso não acontece e o movimento continuasse autônomo, o processo de formação política nos estados se intensificou afim de que em cada ocupação tivesse sempre presente uma liderança do próprio MST.

Com o passar do tempo à independência e autonomia do movimento não são as mesmas. Em muitos casos as lideranças são pertencentes a partidos políticos e a outras organizações, o que vem a ferir a autonomia politica e ideológica do movimento. Vale ressaltarmos que os militantes do MST desde sua essência sempre foram ligados a partidos políticos, o que ajudou no período de sua gestação. Porém a conjuntura politica e econômica no momento de seu surgimento são diferentes das dos tempos atuais podendo justificar essa perda de autonomia que também pode ter se dado com a mudança da estratégia de luta.

O MST a partir de 1990 se consolida em todos os estados brasileiros. Esse momento é de extrema importância, pois o movimento se torna de caráter nacional, se tornando também um dos mais importantes do país e do continente, talvez de todo o mundo capitalista. Sua forma organizacional tem que ser ampliada e suas estratégias de luta adequadas a cada região.

Com o movimento tomando importância nacional e sendo referência no cenário global, o MST passa a integrar-se a uma rede mundial, quando se filia a Via Campesina. Isso se deu por conta da territorialização mundial do agronegócio que por sua vez veio a ameaçar a

territorialidade camponesa. Isso também fez com que o movimento mudasse sua pauta de reinvindicação, deixando de ser somente a luta pela terra para ser além de pela terra, e contra o agronegócio e pela soberania alimentar. Também vale ressaltar a importância que tem quando MST passa a fazer parte do cenário das Universidades públicas, levando para dentro desses espaços discursão politica sobre a realidade brasileira e mundial.

A UFJF a partir da faculdade de Serviço Social tem firmado uma parceria com o movimento para a realização dos cursos em alguns períodos do ano. É uma parceria que se estende desde o ano de 1999, quando o MST passa pela cidade em marcha para Brasília.

2.2) PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

A ocupação de terra é umas das primeiras formas de territorialização do MST. No Brasil é uma das formas de acesso e luta pela terra. É por meio das ocupações que o movimento espacializa a luta, conquistando a terra e territorializando assim o próprio MST (Fernandes, 2001).

Para Fernandes (2001) a ocupação é uma forma de resistência inerente à formação do homem do campo no desenvolvimento do capitalismo. O mesmo autor destaca que a ocupação da terra no mundo capitalista é uma forma de recriação do campesinato, pois por meio dela os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o maior inimigo que é o capital.

De certa forma a ocupação de terra feita pelo MST é a materialização da luta de classes, pois é a luta contra a exploração e contra a expropriação.

Fernandes (2007:147) aponta dois tipos de ocupação realizada pelo MST, a de *ocupação de uma área determinada* e a que denomina de *ocupação massiva*. Na *ocupação de uma área determin*ada o tamanho da área a ser ocupado é critério para a mobilização e organização das famílias e tem o objetivo de conqyistar somente a área ocupada.. Se for uma área muito grande, a luta precisa ser massificada, demandando um número maior de famílias e uma estrutura de organização. Já se for uma área pequena o número de famílias vai ser de acordo com o tamanho da propriedade.

Já na *ocupação massiva*, o movimento ocupa varias áreas no sentido de assentar todas as famílias que estão precisando, fazendo com que a mobilização e a organização tenham outros critérios.

Porém uma ocupação de uma área determinada pode ser tornar uma ocupação massiva se não atender a todas as famílias. Assim torna-se necessário ocupar outras propriedades até que todas as famílias sejam assentadas. Esse processo intensifica ainda mais a territorialização do movimento e só é possível a partir da contínua formação política do movimento e o intenso trabalho de base, onde tem-se como objetivo principal - não perder a luta pela terra para todas as famílias.

A estrutura fundiária Brasil expressa a enorme disparidade da concentração de renda e terras no país. Assim, a ocupação da terra é uma forma dos camponeses criarem e recriarem sua existência.

A ocupação de terra realizada pelo MST é uma ação coletiva e um investimento sociopolítico dos trabalhadores a fim de multiplicarem as ocupações de trabalhadores sem terra e o número de famílias participantes.

No momento em que é possível, o movimento se territorializa. Tal possibilita a espacialização da luta pela terra e o seu avanço, pois aquele território conquistado serve de exemplo do resultado concreto da luta.

Podemos então dizer, principalmente pelas experiências pessoais que o acampamento que é fruto da ocupação, faz parte da transição da luta pela terra. É fruto do processo de ocupação que visa futuramente o assentamento. É a primeira marca da territorialização da luta no antigo latifúndio.

Os assentamentos do MST são processos de territorialização do movimento. O assentamento é o fruto da luta de diversas famílias. É o espaço onde as famílias dos sem-terra conquistaram para sua sobrevivência, para trabalhar e produzir e que tem como conseqüência e resultado a funcionalidade da manutenção e da continuidade da vida social.

O assentamento é uma área desapropriada, geralmente fruto de uma ocupação de sem-terra fruto da luta do movimento e a que o Estado adquire oficialmente com o fim de cumprir os preceitos referentes à Reforma Agrária.

Em cada assentamento é indispensável à continuação do trabalho de base. Isso se torna necessário uma vez que outras famílias ainda lutam para ter seu pedaço de terra. A vida nos assentamentos pode garantir a algumas famílias direitos e acessibilidade que elas não encontravam em outros lugares, como escola, saúde e comida.

O MST busca nos assentamentos, através do trabalho de base e das diversas formações políticas, manter uma mentalidade de que é um espaço diferente, um espaço destinado à produção de alimentos de maneira alternativa, agroecológica, a fim de garantir um dos princípios do movimento que é a soberania alimentar. Cabe também a essas famílias repensar a relação homem X natureza e com os demais seres humanos, a fim de negar a lógica imposta pelo capital, orientando hábitos de vida, como o de alimentação, forma de cultivo, tratamento do solo, uso da natureza e etc..

Nesse ponto analisamos que o assentamento se mostra na forma de um contra espaço, pois foge da lógica espacial burguesa para o campo, que visa à produção de monoculturas, de forma transgênica e com o uso abusivo de agrotóxicos. A finalidade de atender ao mercado externo na forma de commodities, ao invés de atender à população brasileira alimentando-a, inscreve a agricultura brasileira num modelo cada vez mais técnico e empresarial. Inserida, portanto, fortemente nas redes de produção e circulação que atendem ao mercado externo e as exigências da economia cada vez mais mundializada.

O movimento também estimula a formação de cooperativas nos assentamentos onde existe uma produção excedente para comercialização. Essas cooperativas são baseadas no fortalecimento da solidariedade para potencializar as condições de produção das famílias assentadas. Também, segundo o movimento, é uma ferramenta de extrema importância para

agregar valor à matéria-prima produzida, garantindo uma renda mensal para as famílias, o preço no mercado e, o principal: viabilizar alimentos saudáveis para a comercialização a preços acessíveis.

No que tange às áreas de cultivo, estas variam em cada assentamento. Alguns possuem áreas comuns para todas as famílias, como forma de socialização da produção e da terra. Nesse caso toda a produção e todo o lucro da venda são divididos pelas famílias assentadas. Em outros assentamentos existem algumas áreas reservadas somente para o cultivo de cada família de forma individual. Também existem aqueles assentamentos que possuem os dois sistemas de plantio.

Um assentamento gera um impacto considerável no município que é instalado, mudando toda a dinâmica já existente. De início, a terra que não era nada produtiva e não gerava emprego e renda passa a ter função gerando emprego e renda, fazendo com que diversas famílias que viviam a margem da pobreza consigam sobreviver.

Com o passar do tempo começam a produzir, fomentando o mercado interno do município, pois antes tudo era vindo de fora, normalmente dos grandes centros. A partir do momento em que um assentamento é instalado e consiga suprir as demandas alimentares locais, o mercado interno dos produtos primários se aquece. Não podemos enxergar isso do ponto de vista mercadológico e sim do ponto de vista em que está entrando no mercado alimentos saudáveis e com preços acessíveis. Com isso gera-se renda para as famílias assentadas e fornecem alimentos para as cidades imediatamente ao redor. Outra coisa deve ser levada em consideração é: a confecção de artesanatos e produtos agrícolas beneficiados, como doces, conservas, massas e embutidos que podem incentivar uma produção de artigos culturais regional.

Porém, podemos afirmar que o impacto mais forte que um assentamento traz para uma determinada região é a discussão política em torno da distribuição da renda e da terra. Com

certeza gera nos moradores uma curiosidade sobre o Movimento, uma vez que normalmente é marginalizado em todas as esferas. É uma oportunidade do MST se apresentar e discutir as pautas que são pertinentes ao movimento; assim como também uma oportunidade de novas famílias se aproximarem do movimento em apoio ou até mesmo no engajamento da luta pela terra.

O assentamento segundo relata o site do MST "... *representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas.*

Por isso, deve-se compreender os assentamentos como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, os assentamentos unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família.

Por outro lado, em um contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades. Infelizmente, os assentamentos não se constituem como expressão de uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil nem fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturadores".

Em resumo, os assentamentos devem buscar resolver as necessidades objetivas das famílias, criando condições de trabalho para a produção e a consequente subsistência, moradia digna, educação e saúde para todos. Assim como, propiciam uma reformulação na vida cultural, social e educacional das famílias a fim de atingir a emancipação politica, cultural e educacional das pessoas numa etapa histórica para se chegar no futuro a uma sociedade sem classes. Também é de extrema importância ressaltar o papel político dos assentamentos, uma

vez que ao se territorializar, o movimento emerge como exemplo de luta e exemplo de modo de vida para a sociedade como um todo.

Desta forma, os assentamentos são a grande contribuição do MST para a sociedade brasileira, latino-americana e mundial.

2.3) PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST faz parte do anseio da classe trabalhadora para a construção de uma sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Sendo assim é a construção de uma nova sociedade, baseada em outro sistema de produção que não o Capitalismo.

Esta proposta resultou em um documento produzido no ano de 2009, relatada e comentada a seguir e que tem como propósito que todo processo de organização e produção no campo supere a exploração, a dominação política, a alienação ideológica e a destruição da natureza. Busca a valorização e garantia do trabalho de todas as pessoas como forma de conquistar a dignidade e a igualdade, o que levará segunda tais preceitos, a emancipação humana.

A reforma agrária proposta pelo MST tem como objetivos gerais:

a) Eliminar a pobreza no meio rural.

b) Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;

c) Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda.

d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade, desenvolvendo os mercados locais.

e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo,em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção, e na gestão de

todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto às mulheres, especialmente no meio rural.

f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas.

g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e acesso a todas oportunidades de trabalho, renda, educação e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude.

Porém, para que isso aconteça são necessárias várias mudanças que mexem na estrutura do sistema capitalista como, por exemplo, a questão da terra, a organização da produção no meio rural, a questão da água que inclui dentre outros o manejo sustentável, uma política agrícola de interesse do povo, industrialização no interior do país, um novo modelo tecnológico, resolver a questão da educação no campo, o desenvolvimento de uma infraestrutura social no meio rural e mudanças imediatas no funcionamento das instituições públicas.

Para o MST a terra e os bens contidos nela são um bem patrimonial de todos, não podendo ficar somente nas mãos de uns. A terra como um todo deve estar sempre subordinada aos interesses gerais do povo brasileiro.

Para isso o MST defende um tamanho máximo da propriedade rural para cada região estabelecendo 35 módulos fiscais por família, assim como desapropriar todas as fazendas acima desse módulo independente da produção e da produtividade. Além disso, defende desapropriar toda terra pertencente a empresas estrangeiras, bancos, indústrias, empresas do ramo da construção civil e igrejas, independentes de produzir ou não para não deixar que a terra se concentre nas mãos de poucos e que vire arma de especulação e controle para alguns atores da sociedade. Defende também desapropriar todas as grandes propriedades que não

cumprem a função social da terra[3], com o pagamento referente à declaração do imposto de renda e com o abatimento de toda dívida existente, como ambiental, social e com bancos. Isso garantiria uma das reivindicações do movimento que é assegurar terra para quem trabalhar nela.

O movimento também faz algumas reivindicações complementares e necessárias como a demarcação de terras para todas as comunidades tradicionais, como os quilombolas e os faxinais, além da demarcação dos territórios indígenas. Também luta pela reforma agrária em terras agricultáveis, com garantias de infraestrutura básica para o escoamento de toda produção. Pedem a recuperação de toda terra grilada para fim de reforma agrária e também uma taxação de impostos naquelas terras abaixo do limite máximo, mas que não cumprem a função social da terra.

Reivindicam também algumas medidas em relação ao beneficiário, como o não arrendamento da terra, a proibição da venda da terra e a garantia de herança para aqueles familiares que residirem na terra.

Para que se tenha assegurada a função social da terra é necessária uma reformulação da produção do meio rural. Ela tem que ser organizada de outra forma, de maneira que rompa com a organização atual, baseada no latifúndio na produção de monocultura de exportação; em uma organização de produção que atenda de fato os anseios da população brasileira, isto é, promovendo a segurança alimentar e o acesso à diversidade salutar da dieta de todos.

---

[3] Segundo o Estatuto da Terra, lei 4.504, Art. 2° paragrafo 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Para isso o movimento defende que a produção agrícola seja orientada de maneira absoluta para a produção de alimentos saudáveis, a fim de garantir o principio da soberania alimentar. Também defende que a produção seja de forma diversificada, em bases agroecológicas e que esse novo modelo produtivo gere uma nova base alimentar e novas formas de consumo, que se adeque ao ecossistema e a cultura local.

Para isso a produção será organizada em cada acampamento ou em cada assentamento na forma de cooperação agrícola com mutirões, associações, cooperativas. Também é reivindicação do movimento organizar as agroindústrias próximas aos locais da produção agrícola, geridas por uma cooperativa controlada pelos próprios agricultores e dos trabalhadores da agroindústria a fim de garantir experiência, soberania, pagamento justo pela produção e os direitos sociais.

Também no que se refere à reorganização da produção do meio rural o MST propõe o fim do monopólio das empresas estrangeiras sobre a produção e a comercialização de alimentos e das sementes. Para se criar uma nova cultura de consumo, baseado em uma agricultura agroecológica, propõe a realização de feiras permanentes dos produtos em todo o país e com o Estado priorizando a compra de alimentos dos assentamentos e das comunidades camponesas em geral para a merenda escolar, creches, hospitais etc.

Na atividade agrícola, sabemos que é indispensável o uso da água para a irrigação da produção. Porém muito mais que a atividade agrícola, a água se torna um bem necessário para a sobrevivência do ser humano. Uma água mal tratada, poluída e contaminada pode acarretar diversos problemas, como doenças e até mesmo a desnutrição infantil. Pode transferir doenças de forma direta e indireta.

O que vemos hoje é uma comercialização da água, seja ela para consumo humano, na agricultura ou até mesmo para a produção de energia. A água como qualquer outro bem natural, virou mercadoria, atendendo somente ao grande capital.

O MST propõe nesse sentido que toda propriedade e posse de água sejam subordinadas aos interesses sociais, não podendo haver propriedade privada para qualquer tipo de consumo. Deve ser de interesse social todo reservatório de água, curso de rio, córrego, nascentes, aquíferos, e que passe por uma fiscalização rigorosa para a proteção desses corpos d'água e quem degrada que seja punido com prisão.

Torna-se também necessário o Estado garantir o direito a água para toda a população. Seja no campo ou na cidade, o Estado deverá manter infraestrutura básica para o abastecimento com água potável.

Também para que se faça uso racional da água usada, o MST propõe a implantação de um programa de manejo sustentado da água, que viabilize a sua conservação natural e a implantação de estruturas necessárias de captação e uso sustentável da água.

Para que seja possível desenvolver uma agricultura alternativa baseada na produção de alimentos saudáveis, diversificada e que garanta a soberana alimentar do povo brasileiro é necessário garantir uma política agrícola voltada para os trabalhadores.

Essa política agrícola, especialmente para o movimento teria que ser promovidade de maneira que o Estado desse garantia de preços, créditos, fomento à transição do modelo agrícola (mudança para a agroecologia), assistência técnica e outras providências para o cumprimento do programa de Reforma Agrária defendido pelo movimento.

O Estado também deveria garantir a compra de todos os produtos alimentícios oriundos do novo modelo agrícola implantado nas comunidades camponesas e nos assentamentos de reforma agrária.

Não somente a garantia de uma política de credito simples, mas uma política de crédito que garanta aos assentados os meios de produção básicos como máquinas, equipamentos, insumos agrícolas, assim como um programa especial de crédito para a reforma agrária. Tudo isso financiado pelos bancos públicos de uma forma desburocratizada.

Sabemos que o movimento não se preocupa unicamente com a situação do campo brasileiro. Portanto o programa de Reforma Agrária Popular tem como objetivo estimular o desenvolvimento industrial no interior do país, a fim de promover um desenvolvimento harmônico nas diferentes regiões do país. Haveria, então, condições de geração de oportunidades de empregos para os jovens e também diminuir a diferença entre o campo e a cidade.

Esse desenvolvimento industrial seria baseado na agroindústria buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos diminuindo o êxodo das famílias para os centros urbanos. Esse modelo é uma forma de integrar o campo e a cidade de maneira concomitante, gerando emprego, renda e diminuição do êxodo para os grandes centros.

Para atender a nova demanda da Reforma Agrária Popular, o MST também propõe um novo modelo tecnológico que seja orientado pelo enfoque ecológico que busque aumentar a produtividade da terra e a consequente produtividade do trabalho. Lógico que aumentar a produtividade não na lógica capitalista imposta nos dias de hoje, mais de maneira consciente que não degrade de formar maléfica o meio ambiente e que garanta a produção de alimentos saudáveis.

Para isso é necessário pesquisas e tecnologias de bases agroecológica adequada aos ecossistemas de cada região de maneira que garanta o respeito e promova a sustentabilidade cultural, social econômica e ambiental.

Também se torna necessária desenvolver capacitação e formação dos camponeses em agroecologia organizando campos de experiências e troca de conhecimentos entres os diversos camponeses do Brasil. Também é necessário desenvolver a formação de técnicos agrícolas, agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, geógrafos e outros cursos afins. Tudo isso em instituições públicas com o enfoque em agroecologia.

Visto que a educação é à base de todo processo da implantação da Reforma Agrária Popular, a educação que o movimento quer vai muito além da escola e está vinculada a um novo projeto de sociedade para o campo, que tem como sujeito as pessoas que vivem nas comunidades. Portanto é necessário pensar uma educação do campo no próprio campo.

É preciso então, garantir o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade através da construção de escolas nas próprias áreas rurais como forma de manter os camponeses aonde vivem. Não sob uma forma de isolamento, mas para que reforce sua identidade com a terra e até mesmo por questões objetivas e para fortificar a vida no campo. Essa estrutura deve ser fomentada pelo Estado que tem a função de assegurar o direito à educação a todas as pessoas que vivem no campo.

Além da escola básica, também tem que haver garantias aos jovens e adultos cursarem o ensino técnico e superior adequando cursos e formas de acesso à sua permanência no campo.

Os professores e os materiais didáticos têm que estar em sintonia com a realidade do campo e com todo o contexto que cerca o assentamento e a área rural, trazendo as questões do ensino para o dia a dia dos alunos, afim de uma maior compreensão da realidade. Lógico que isso não exclui dos alunos estudarem as temáticas nacionais e internacionais

Todo esse programa apontado pelo MST de Reforma Agrária Popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social governamental que dê garantias de sobrevivência para toda a população do campo. Esse programa deve incluir construção e melhoramento de moradias no campo, com acesso a água, esgoto, energia elétrica, acesso ao transporte público, meios de comunicação, esporte, lazer, além da garantia de saúde e educação. Deve-se também respeitar os traços culturais de cada região a fim de reafirmar a cultura local.

Junto a isso é necessário mudanças imediatas na forma do funcionamento das instituições públicas como o fortalecimento do INCRA, adequando portarias, contratando funcionários e agilizando processos administrativos para que funcione como um órgão público que serve de instrumento para a realização da Reforma Agrária. O movimento também pede que o INCRA seja vinculado diretamente a Presidência da República.

Além do INCRA, vêem a necessidade de reestruturar a CONAB e transformá-la em uma empresa pública da agricultura popular com um papel de garantir preços, abastecer os mercados locais e regionais de alimentos, além de garantir a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Também deveria ter como função garantir a instalação das agroindústrias e o fornecimento de insumos necessários para produção agroecológica de acordo com a cultura local.

Também reforça a necessidade da criação de um instituto público ligado ao programa da reforma agrária que garanta assistência técnica pública e gratuita, assim como capacitar os agricultores para o novo modelo agrícola proposto.

A Proposta de Reforma Agrária Popular sugerida pelo movimento diz que se concretizado o processo de reforma agrária, este vai atender a toda classe trabalhadora no Brasil. Para isso se concretizar é necessária uma mudança no panorama na política brasileira, e talvez internacional, mexendo na estrutura do capitalismo. O Brasil é um dos maiores países do mundo em extensão territorial e também em terras agricultáveis.

Para tanto temos que entender o processo de formação territorial brasileiro, que se insere num contexto de expansão da sociedade europeia e sob as regras do capitalismo comercial, fazendo com que o Brasil sempre fosse subordinado aos centros dominantes do capitalismo, isso se dando desde o seu descobrimento até os dias atuais.

A distribuição de terras então se fez sob a lógica capitalista e das necessidades dos europeus para a época. A primeira forma de distribuição de terra no Brasil foi ao sistema de

Capitanias Hereditárias onde a Coroa Portuguesa destinava grandes extensões de terra para membros da própria coroa. Essas pessoas gratificadas com grandes extensões de terras tinham o direito de repartir e distribuir parcelas das capitanias, que era chamado de processo de sesmarias, que eram então entregue para aqueles que tinham interesses e recursos para explora-las.

Todo esse processo integrava a política da Coroa portuguesa que visava beneficiar a burguesia emergente que ainda não tinha terras. Para tanto nessas terras eram produzidos gêneros agrícolas voltados para a exportação que fosse dar lucro a essa classe burguesa emergente no comercio internacional.

A primeira lei de terras que o Brasil teve foi sancionada pelo então Imperador Dom Pedro II no ano de 1850, ficando conhecida como Lei de Terras. Essa lei veio fortificar o grande latifúndio no Brasil, pois só teria direito a terras no país quem pudesse pagar.

Com todo histórico de distribuição de terras no país, era lógico que quem poderia pagar eram aquelas mesmas famílias que tinham ganhando terras no passado, assim como setores emergentes da sociedade urbana e rural da época.

Sendo assim os pobres foram impedidos de comprar terras e o grande latifúndio se consolidou como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil.

Analisamos então que a proposta de Reforma Agrária do MST vai contra todo nosso processo histórico, defendendo a distribuição de terras para os trabalhadores brasileiros, pois é baseada em diversos pontos que favorecem a população como um todo.

Nesse sentido a Reforma Agrária defendida pelo MST ao se concretizar, vai formar o chamado contra espaço, pois vai contra a lógica espacial burguesa. Não vai ser baseada no latifúndio, pois defende a distribuição da terras em parcelas que dê para a famílias plantarem e terem condições dignas de vida. Também é baseada na produção de alimenos, com

diversidade e qualidade, baseada na matriz agroecológica de produção a fim de garantir a soberania alimentar.

Para tanto vislumbra uma nova sociabilidade no campo, pois prega o trabalho coletivo nos assentamento, assim como a criação de cooperativas para que os próprios agricultores possam gerir a produção.

Além do mais defende a participação efetiva do Estado em todos os âmbitos, a fim de garantir a saúde e educação que está cada vez mais mercantilizada, a fim de garantir apoio técnico para o auxilio e o desenvolvimento da produção, além de exigir garantias que só o Estado pode dar.

O movimento acredita que com a realização da Reforma Agrária, será possível eliminar a pobreza tanto no meio rural como no meio urbano, que com isso vai combater a desigualdade social, diminuir o processo e degradação da natureza, garantindo a soberania alimentar e preservando a identidade de todos os povos, com as mais variáveis culturas existentes por todo o Brasil.

É uma proposta baseada na construção coletiva, que envolve todo o movimento e as parcerias entre universidades, partidos políticos, membros da sociedade civil, que lutam contra o latifúndio, a socialização de todos os bens, sejam eles naturais ou não e s que essas parcerias deem sequência no processo de construção da transformação social.

Mas isso só vai ser possível se nós, povo brasileiro do campo e da cidade, dos trabalhadores brasileiros, acumularmos forças o suficiente para impor essas mudanças, pois os grandes latifundiários, os grandes capitalistas jamais aceitaram a proposta de Reforma Agrária na medida em que se contrapõe aos seus interesses e ao processo de acumulação de capital.

Militantes do MST em protesto contra os 3 poderes em Brasília.

Fonte: www.mst.org.br

2.4) BANDEIRAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA-MST.

O movimento em busca da construção de uma sociedade que acredita tem no seu seguimento diversas bandeiras que os guiam para a luta. Essas bandeiras são reivindicações pelas quais o movimento tenta a inserção das pessoas na sociedade e também bandeiras de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Essas bandeiras são baseadas nas temáticas como: o acesso à cultura, realização da reforma agrária, combate a violência sexista, a democratização da comunicação, o acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade, ao desenvolvimento econômico, a diversidade étnica, a reformulação do sistema politico e a soberania nacional e popular.

No que tange a cultura o movimento acredita que a educação e o acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, são condições fundamentais para a realização do povo brasileiro enquanto cidadãos plenos. O fortalecimento da cultura regional, ressaltando seu aspecto plural para o movimento é de extrema importância, pois fortalece os espaços, promovendo a troca cultural e promovendo a identidade a partir da diversidade do povo brasileiro. Também é de extrema importância que o acesso à cultura não fique restrito apenas a uma parte da sociedade. A democratização da cultura é um ponto básico para o fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

Na visão do movimento a Reforma Agrária é o zelo pela soberania nacional, pelo patrimônio coletivo e pela preservação do meio ambiente, além de dar emprego a diversas famílias que dela depende para sobreviver.

O discurso do movimento reforça a necessidade da realização da Reforma Agrária Popular, para garantir acesso a terra para todos. Luta também para garantir a posse da terra para as comunidades tradicionais e um tamanho máximo a propriedade rural, como forma de garantir o uso racional e o cumprimento da função social. A reforma agrária seria uma das formas de garantir a soberania alimentar do povo brasileiro, uma vez que a produção de alimentos saudáveis baseada na agroecologia é uma pauta de reivindicação do movimento.

Como um produto histórico, a violência, sobretudo contra a mulher vem aumentando cada dia mais, e em alguns casos se naturalizando. A violência de gênero se impõe a cada dia que passa numa sociedade conservadora e patriarcal como a nossa.

Não é de se espantar que as mulheres ainda hoje, são diferentemente remuneradas, sofram assédio moral, sexual ou violência física por parte dos homens e que ainda são obrigadas a realizar jornada dupla de trabalho, por conta de uma cultura onde a mulher nasceu para ser subordinada nas tarefas de trabalho, ou simplesmente se ater a função de "dona de casa".

Nessa perspectiva o movimento luta pela transformação da sociedade, entendendo que a organização das mulheres é de extrema importância para a superação do modelo capitalista e para por fim à violência sexista enraizada e que se expande cada vez mais.

O setor de comunicação no Brasil sempre foi formado pela mesma elite, que apoia o Estado, quando não é o próprio Estado. É um setor estratégico para a politica nacional, visto que o Estado, em muitas das vezes, é financiador dos grandes meios de comunicação existentes hoje no Brasil.

A mídia hoje veicula aquilo que é importante para a classe burguesa, cumprindo um papel de alienar as pessoas, garantindo o senso comum da sociedade, que em termos Gramscianos caracteriza a revolução passiva.

O movimento defende o direito de o povo organizar seus próprios meios de comunicação social, com o Estado dando garantias dos recursos necessários para a garantia desse direito.

Exige o fim do monopólio privado dos meios de comunicação no Brasil. Também exige a proibição de investimento estrangeiro no setor. Defende que não se devam usar os meios de comunicação como forma de obtenção de lucro e sim como um serviço de beneficio para o povo. Por isso, defende a criação de rádios e tevês comunitárias em que o Estado garanta todos os recursos necessários para a manutenção e criação de mídias alternativas.

A saúde pública assim como a educação deve ser prioridade do Estado brasileiro. Assim, o movimento tem como bandeira de luta a saúde pública por entender a necessidade e a sua importância para toda a população. Por isso defende que o Estado deve garantir e defender a saúde para toda a população de maneira igualitária, fortificando e ampliando o SUS- Sistema Único de Saúde, colocando em funcionamento o PSF- Programa Saúde da Família, distribuindo remédios de forma gratuita e garantindo todos os serviços de saúde de forma gratuita, até aqueles de alta complexidade.

Para isso combate todas as práticas que mercantilizam a saúde e um processo de formação massiva para a ampliação de profissionais na área da saúde.

O desenvolvimento da economia nacional atende as demandas do capitalismo internacional não garantindo as características do desenvolvimento nacional e muito menos a necessidade da população brasileira.

Para isso o movimento propõe que as politicas de desenvolvimento da economia sejam baseadas nos interesses para a melhoria a vida de toda a população brasileira devendo diminuir a pobreza e a desigualdade existente no país, privilegiando o trabalho e a qualidade de vida do povo brasileiro, com crescimento e distribuição de renda.

Produção de todo o sistema capitalista e do nosso processo histórico o preconceito étnico ainda existe na nossa sociedade, é enraizado e cultivado para manter o sistema baseado na concentração de renda.

O MST propõe uma sociedade harmônica, com diversidade étnica e cultural respeitada e com oportunidades iguais para todos os brasileiros. No Brasil fica evidente o preconceito principalmente contra negros e índios. Esse preconceito se dá em razão de como grupos sociais foram tratados e condicionados na nossa história. Por termos ainda uma sociedade patriarcal, conservadora e racista o preconceito contra negros e índios ainda vigora como se fossem os tempos da escravidão. A sociedade brasileira sofreu nada mais que uma modernização conservadora.

Por isso o movimento defende politicas públicas que garantam a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a existência de ações de combate aos preconceitos relacionados à cor, etnia, cultura, crença religiosa, para que se possa promover o respeito e a valorização da diversidade cultural existente no país.

O movimento apoia a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos.

O sistema político brasileiro contribui e muito para a formação da nossa atual sociedade. É um sistema teoricamente novo, mas baseado no velho, ou seja, o modo de se fazer política no país nunca mudou desde o Brasil Colônia até a chamada república democrática.

São sempre as mesmas famílias ou grupos políticos que comandam o Estado, fazendo com que o interesse de uma pequena parcela da sociedade prevaleça sobre as demais.

Portanto o movimento demanda que se crie e utilize mecanismos de participação e decisão direta da população nas várias instâncias de exercício do poder politico e social. Só assim, é possível acreditar na verdadeira democracia popular participativa.

Defende-se também uma ampla reforma politica que garanta a liberdade das organizações politicas e partidárias, financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais em todos os níveis, fidelidade partidária, revogação de mandatos por voto popular, fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal de todos os candidatos e ocupantes de cargos públicos em todos os níveis. Também apoia o reajuste dos salários equivalente à média dos ganhos dos servidores públicos.

Com todas essas bandeiras de lutas travadas o movimento também almeja a soberania nacional e popular. Essa soberania só será conquistada a partir do momento que toda a população tiver consciência do seu papel na sociedade, garantindo todos os seus direitos.

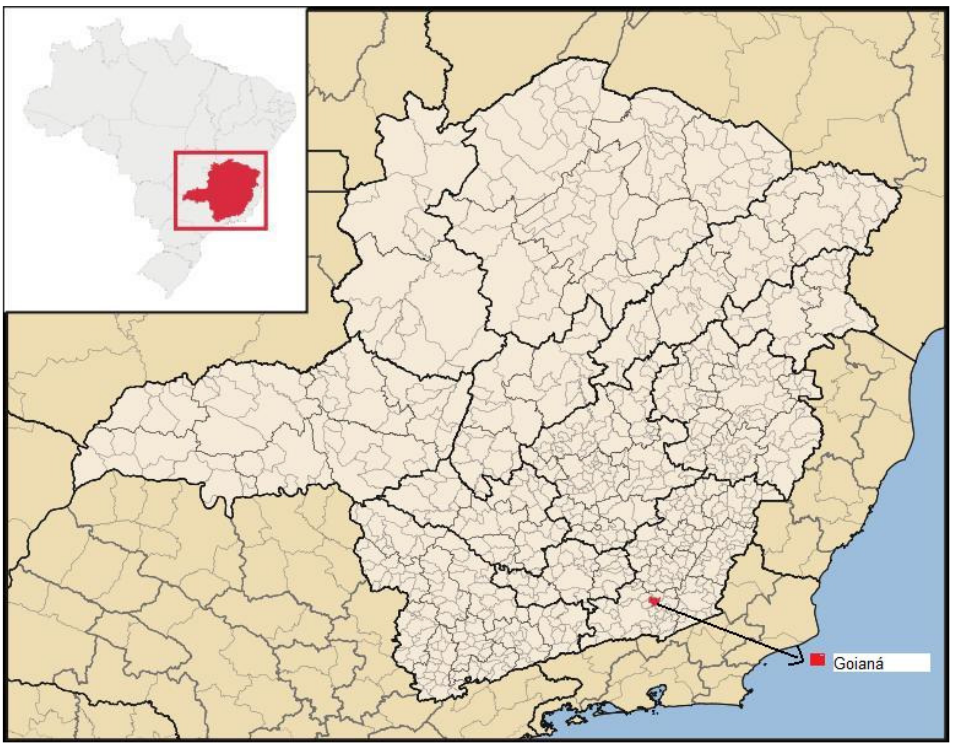
Para isso o movimento demanda uma política estatal que garanta a soberania do povo, do território, das riquezas naturais, dos minérios da biodiversidade e das sementes. O Estado deve ter o controle mais com a participação de toda a população, seria a conquista da democracia popular e participativa. Também defende a instalação de uma auditoria da divida externa e examinar todos os contratos, a fim de controlar as transferências da riqueza nacional para o exterior, a título de juros e amortização da divida.

Marcha pela terra do MST.
Fonte: www.mst.org.br

CAPÍTULO 3 – A CIDADE DE GOIANÁ, A FAZENDA FORTALEZA DE SANT'ANNA E O ACAMPAMENTO DENIS GONÇALVES

3.1) GOIANÁ E A FAZENDA

O município de Goianá localiza-se na Mesorregião da zona da mata de Minas Gerais, Microrregião de Juiz de Fora, às margens da MG 353, distando 36 km de Juiz de Fora, apresentando como municípios limítrofes: São João Nepomuceno, Chácara, Coronel Pacheco, Rio Novo e Piau.



Mapa de localização do estado de Minas Gerais, município de Goianá.

Fonte: www.bh1.com.br/empresas/bh-mapas.php

Segundo o IBGE, 2010, o município possui uma população estimada em 3.659 habitantes com uma área de cerca de 152 km². Das atividades econômicas do município, a que tem maior destaque considerando o PIB é o setor de serviços, seguido pela agropecuária e a indústria. Porém, segundo informações da prefeitura a atividade de maior destaque é a agropecuária, responsável pela geração de emprego e renda à grande maioria das família. Envolve as áreas de bovinocultura de leite, cultivo de milho, feijão e olerícolas, bovinocultura de corte, fruticultura, psicultura, produção de doces e quitandas além de incentivo ao artesanato e trabalhos manuais.

Ainda, segundo a prefeitura do município, por meio de convênio com o Governo do Estado, o executivo municipal desenvolve, através da Equipe Técnica da EMATER MG diversos programas e campanhas, entre eles, **Programa de Compra em Conjunto de Sementes de Feijão, Programa de Compra em Conjunto de Sementes de Milho, Programa de Compra em Conjunto de Sementes de Arroz, Campanha de Análise de Solo, Compra em Conjunto de Calcário, Compra em Conjunto de Esterco Bovino, Compra em Conjunto de Cama de Frango, Compra em Conjunto de Adubo Químico, Programa "Tanque Comunitário de Resfriamento de Leite", Programa de Inseminação Artificial, Campanha de Vacinação contra Brucelose, Campanha de Distribuição de Composto Orgânico produzido pela Usina de Triagem e Compostagem de Lixo, Atendimento ao Produtor com Crédito Rural, Programa de Canavial Coletivo, Programa de Incentivo a Produção e Comercialização dos Derivados da Cana-de-açúcar, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Artesanato e Processamento Artesanal de Produtos Agropecuários, Programa de Incentivo à Produção e Consumo Familiar de Alimentos**.

O inicio da historia do município se deu devido à expansão da monocultura do café durante o século XIX na média bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, onde ocorreu a

cooptação da Zona da Mata mineira em um processo de (re)configuração territorial (Bernadino; Morais, 2010).

Em análise do livro Os Sertões do Leste (MERCADANTE apud Bernardino et al. 2010), esta região continuava inexplorada até meados do século XIX. Era uma área pouco explorada pelo Império, em função da proibição de povoamento por razões geopolíticas (evitar os descaminhos do ouro) e habitada fundamentalmente por indígenas. A riqueza mineral da região central de Minas Gerais ofuscou a exploração retardando o desenvolvimento econômico que somente com a crise da mineração passou a ser explorada. Em meio às inovações tecnológicas e o aumento da produção, em pouco tempo, a região estaria fornecendo a outras seus principais produtos: o fumo e o café.

A Zona da Mata mineira então passa a ser povoada em virtude da expansão da plantação de café que se inserem na região no inicio do século XIX. Para isso foram implantadas infraestruturas necessárias para dar suporte à monocultura cafeeira e em consequência para o escoamento da produção. Com a instalação da rodovia macadamizada União Indústria[4], que cortava o pequeno núcleo urbano, as características do povoado se transformavam.

Com a construção da Estrada de Ferro Juiz de Fora – Piau que tinha um percurso de Juiz de Fora a Rio Novo, que mais tarde foi incorporada pela Cia. Inglesa Leopoldina Railway, este crescimento ampliou-se.

Sua formação administrativa segundo o IBGE surge como um distrito com o mesmo nome de hoje que é o ex-povoado de Santo Antônio do Limoeiro, sendo subordinado ao município de Rio Novo.

[4] Idealizada pelo Comendador Mariano Procópio Ferreira Laje que foi um dos proprietários da fazenda Fortaleza de Santa'Anna.

Essa divisão territorial se deu até o ano de 1993, quando é elevado a categoria de município sendo desmembrado de Rio Novo. O município de Goianá é constituído pela sua sede e pelos povoados rurais de Carangola, Capoeirinha, Bonanza, Bom Jardim, Dias, Sant'ana, Ferreira Laje e Barra.

Os povoados do município de Goianá estão distribuídos em áreas rurais, apresentando pequenos núcleos urbanos com um número reduzido de residências, porém concentradas. Também na zona rural podemos citar históricas fazendas do século XIX como a Fazenda Fortaleza de Santa'Anna, Fazenda da Capoeirinha, Fazenda Bom Jardim, todas construídas durante o ciclo do café.

3.2) FAZENDA FORTALEZA DE SANT'ANA

A propriedade em questão, passiva de Reforma Agrária que foi ocupada pelo MST, é chamada de Fazenda Fortaleza de Santa'Anna, foi fundada em 1811 pelo processo de cartas de sesmarias. A Fazenda tem uma área registrada de 4.683,6 hectares, pertencendo os municípios de Goianá, Chácara, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno, sendo ¾ dela localizada no município de Goianá.

Em seu histórico de propriedade, registra-se que apenas teve três famílias como proprietárias, sendo as duas últimas de extrema importância para o cenário econômico e social da região.

Em meados do século XIX, a fazenda foi adquirida pela família do capitão Mariano José Ferreira Armond que juntamente com sua esposa Dª Maria José Sant'Anna investiram na produção de café, segundo a produção econômica em que a região foi povoada para o cultivo do café. Posteriormente o renomado engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage, filho do casal, expandiu os negócios da família e para dar escoamento a grande produção, construiria a estrada União Indústria ligando a região ao porto exportador do Rio de Janeiro.

Após a morte de Mariano Procópio, seu filho Frederico Ferreira Lage herdou os negócios de família marcando sua passagem na fazenda pela substituição da mão de obra escrava pela contratação de famílias italianas e alemãs, devido ao fim da escravidão e da substituição de mão de obra. Com a crise financeira e após a sua morte a fazenda foi hipotecada em 1901 sendo arrematada por Cândido Teixeira Tostes.

Começou então a terceira geração da fazenda. O novo proprietário fez pesados investimentos na lavoura de café, fazendo com que a fazenda se tornasse nas primeiras décadas do século XX umas das maiores produtoras de café de Minas Gerais.

Com o passar do tempo a lavoura de café entrou em decadência até desaparecer por completo, assim como toda a história da fazenda, que com um incêndio de sua imponente sede no ano de 2001, destruiu boa parte da história da fazenda e da região.

Hoje os atuais donos da fazenda são netos e bisnetos de Cândido Tostes. Alguns dizem que o incêndio foi provocado pela própria família, uma vez que não é mais de interesses da família a fazenda, e sendo um importante patrimônio histórico, eles seriam obrigados a conservar a fazenda.

Além de ser um importante patrimônio histórico da região, também é um importante patrimônio ambiental e arqueológico. Dentro da propriedade, mais precisamente na chamada serra da Babilônia, localizam-se três cavernas, sendo que em uma delas foram encontradas uma múmia, urnas funerárias e objetos indígenas, fazendo do local um importante sítio arqueológico, tendo o material exposto no Museu Nacional no Rio de Janeiro.

No que tange a cobertura vegetal da propriedade, pela região geográfica que se localiza, era predominantemente de Mata Atlântica. Segundo o Laudo Agronômico da fazenda realizando pelo INCRA no ano de 2010 a fazenda se localiza em uma área de ocorrência de Floresta Estacional Semidecidual que estar sobre a proteção da lei de número 11.428/06.

Porém o que se constata hoje é uma devastação completa da mata nativa. Devastação essa que ocorreu desde o processo de ocupação da região, com a plantação das lavouras de café e, posteriormente intensificadas com as atividades agropecuárias realizadas na fazenda.

O que se vê atualmente são áreas destinadas as pastagens, que sofrem um forte impacto ambiental, prejudicando o solo, recursos hídricos e até mesmo a disseminação de

espécies da flora. Tudo isso é fruto do descaso e abandono da fazenda por parte dos proprietários, mostrando que a fazenda contém os requisitos para o processo de Reforma Agrária.

A reserva legal existente na propriedade, segundo o Laudo Agronômico do INCRA totaliza 936.7200 hectares. Tem como cobertura vegetal uma mata secundária com estágio inicial e avançado de regeneração, ocorrendo o mesmo na serra da Babilônia que ainda, devido a sua formação geomorfológica apresenta diversos afloramentos rochosos.

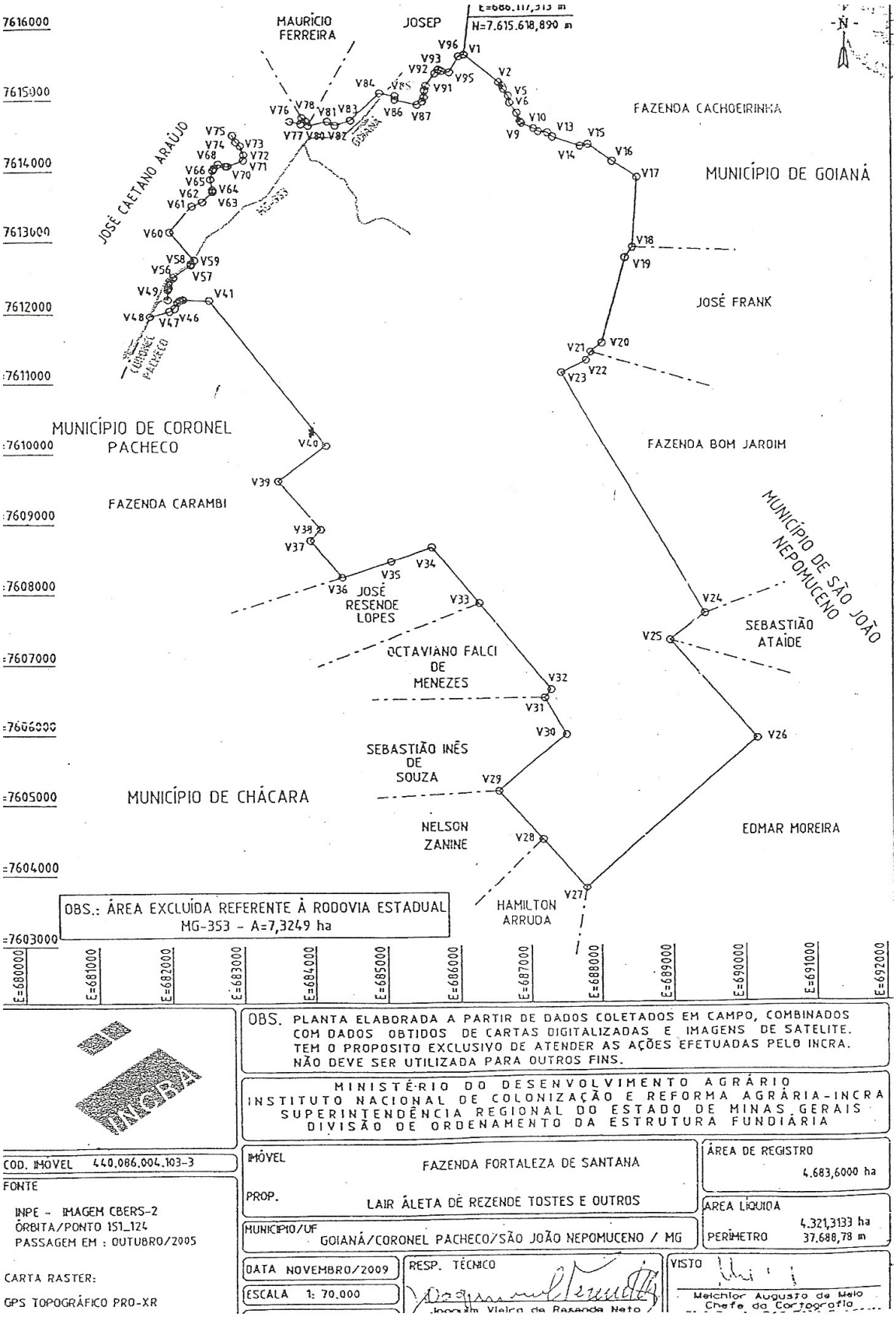
Em relação à disponibilidade dos recursos hídricos, o Laudo Agronômico do INCRA, aponta que se pode considerar que a fazenda tem uma disponibilidade significativa de água. Passa pela fazenda afluente do rio Novo e um córrego formador do Rio Cágado. Segundo o mesmo laudo, a disponibilidade de água na fazenda é suficiente para garantir o consumo interno, e até mesmo caso se queira ampliá-lo.

Um lugar com tantos recursos hídricos e com tanta potencialidade, não pode ficar apenas nas mãos de uns, fazendo-se necessária a socialização desses recursos, conforme propõe o MST no seu projeto de Reforma Agrária Popular.

A única atividade exercida na Fazenda que gera renda para seus donos é a pecuária leiteira, mostrando a subutilização da propriedade, frente às potencialidades existentes.

Hoje na fazenda moram cerca de 30 famílias que não vivem necessariamente da terra, ocorrendo casos de empregos na cidade. Essas famílias na sua maioria são provenientes de trabalhadores rurais da própria fazenda. Em alguns casos essas famílias moram em condições precárias, pois as residências em sua maioria são antigas e precárias.

A família proprietária, segundo o Laudo Agronômico do INCRA, doou terras para a prefeitura de Goianá para a instalação de uma usina de lixo e a construção de um distrito industrial, assim como para a prefeitura de Coronel Pacheco para a instalação de uma usina de lixo.



Planta da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna

Fonte: Laudo Agronômico de Fiscalização Fazenda Fortaleza de Sant'Anna.

O Laudo Agronômico do INCRA apresenta dados do uso atual da propriedade que segue no quadro abaixo.

USO ATUAL	ÁREA (hectares)
PASTAGEM PLANTADA	1.354.0561
PASTAGEM NATURAL	587.8140
CAPINEIRA	30.3257
BOSQUE	21.2538
SUBTOTAL 1	1.993,4496
RESERVA LEGAL	936.7200
SERRA DA BABILÔNIA	505.8374
MATA SECUNDÁRIA	416.2521
PRESERVAÇÃO PERMANENTE	316.7020
BREJO	63.1520
ESPELHO D'ÁGUA	20.3798
BENFEITORIAS	42.6297
CESSÃO DE USO*	26.1907
SUBTOTAL 2	2.327,8637
TOTAL (1+2)	4.321,3133

*Área cedida para as prefeituras de Goianá e Coronel Pacheco

Fonte: Laudo Agronômico de Fiscalização Fazenda Fortaleza de Sant'Anna.

O mesmo laudo também aponta o uso potencial recomendado para o imóvel. Ele diz que a propriedade tem aptidão para a exploração agropecuária por conta de suas características topográficas, pedológicas e hídricas.

Foi feito então no Laudo Agronômico a classificação de terras por classes de capacidade de uso, baseado na metodologia de Norton. A classificação das terras de acordo com os tipos de solo e sua capacidade de uso é dividida em:

Classe III: São terras para cultivos, desde que submetidas a medidas complexas e intensas de conservação de solos, principalmente no caso de lavouras anuais. Tomados estes cuidados podem produzir permanentemente colheitas entre médias e elevadas. Exibem declividades moderadas e esta é sua principal restrição, dado o risco de erosão se o solo estiver descoberto.
Classe IV: São terras que apresentam riscos severos se cultivadas continuadamente com lavouras anuais, devendo ser mantidas sob pastagens e lavradas apenas na renovação destas. Apresentam terrenos ondulados e a declividade é sua principal restrição.
Classe V: São terras planas, livres de erosão, mas com limitações permanentes para lavouras anuais em razão do risco de inundação, devendo ser utilizadas para pastoreio extensivo.
Classe VI: As terras dessa classe apresentam-se fortemente onduladas. São impróprias para lavouras anuais exibindo riscos muito severos de depauperamento neste caso. Devem ser mantidas sob pastagem ou lavouras permanentes protetoras, como cacau, seringueira ou eucalipto. Sua restrição principal é o risco de erosão.
Classe VII: São terras impróprias para lavouras, e apresentam severas restrições mesmo para cultivos permanentes, devendo ser mantidas exclusivamente sob pastagem ou reflorestamento, ainda sim com cuidados conservacionista especiais. O relevo montanhoso associado à presença de neossolos litólicos e cambissolos tornam o risco de erosão sua principal restrição.
Classe VIII: São terras impróprias para qualquer uso agronômico, devendo ser mantidas como abrigo da fauna e da flora exclusivamente. No caso analisado, há presença de afloramentos rochosos e neossolos litólicos em relevos escarpados, com apreciável beleza cênica e potencial eco turístico.

FONTE: LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDA FORTALEZA DE SANT'ANNA – AUTOR: LUÍS RENATO SILVA TAVEIRA. BELO HORIZONTE, 2010. MINISTÉRIO DO DESENVOVIMENTO AGRÁRIO – INCRA –SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS.

Classe	% de terras
Classe III	15%
Classe IV	30%
Classe V	2%
Classe VI	40%
Classe VII	10%
Classe VIII	3%

Sendo assim 15% das terras foram classificadas em classe III que tem aptidão para o desenvolvimento de cultivos agrícolas, 30% de terras classe IV, que são terras aptas a pastagem e cultivos ocasionais, 2% classe V, que são terras aptas a pastagem exploradas em caráter extensivo, 40% de classe VI, que são terras recomendadas para pastagens, cultivos permanentes ou reflorestamento, 10% classe VII, terras recomendáveis apenas para pastagens e reflorestamento e 3% classe VIII, que devem ser reservados a usos não agropecuários.

No laudo o uso adequado das propriedades das terras de classe III é indicado o uso para cultivos anuais. As de classe VI e V para cultivos perenes e pecuária. Destinar os remanescentes de cobertura vegetal nativa, a serra e as várzeas a refúgios da vida silvestre e/ou atividades de baixo impacto ambiental, como turismo, manejo florestal e a apicultura.

De um modo geral, o laudo aponta que as terras da fazenda apresentam aptidão regular para pastagens plantadas, não necessitando de grandes investimentos tecnológicos para a plantação, podendo ser usado tração animal.

Como dito anteriormente os recursos hídricos disponíveis são suficientes para o uso atual e um futuro aumento em seu uso, não deixando de ser levado em conta a constante preservação dos mesmos.

O laudo também indica, segundo o zoneamento agroclimático do estado de Minas Gerais que as terras são propícias a cultivar abacaxi, amendoim, mandioca, milho e sorgo,

produtos que podem ser destinados a subsistência do agricultor. E também algodão, café, eucalipto, fumo, frutíferas de clima subtropical e mamona que podem ser destinados a produção comercial. Aponta que outras lavouras como a banana, a batata, cana-de-açúcar, cirrus e feijão possuem restrições devido às condições climáticas da região, o que indica a necessidade de adequar esses cultivos às épocas certas dos plantios.

No entanto para começar uma atividade agrícola como sugere o laudo, é necessário que a região tenha infraestrutura necessária para o escoamento da produção. Porém o que o próprio laudo aponta é que há considerável infraestrutura disposta na região, pois a propriedade se localiza próxima à rodovia MG-353, que liga a Juiz de Fora, próxima à rodovia BR-040, próxima ao aeroporto regional, além do de Juiz de Fora além das universidades e escolas técnicas disponíveis na região.

Malha rodoviária que liga ao município de Goianá

FONTE: http://maps.google.com.br

No entanto o laudo também aponta a necessidade de se respeitar o patrimônio natural, arqueológico e histórico existente na fazenda. Este conjunto patrimonial que deve ser preservado não deve confeitar com os usos agropecuários tradicionais, o que faz com que toda essa área e mais as áreas cedidas a algumas prefeituras cheguem a 53,9% do tamanho da propriedade.

Nesses locais as atividades a serem desenvolvidas tem que ser de outra ordem, não podendo simplesmente ser destinados ao uso da agricultura tradicional. Portanto o laudo apresenta que o turismo rural e cultural, apicultura e manejo florestal são outras possibilidades a serem desenvolvida nessa área, tendo como parâmetro a preservação do patrimônio cultural, arquitetônico e natural.

O Laudo Agronômico conclui que a Fazenda Fortaleza de Sant'Anna se enquadra na condição de grande propriedade improdutiva, sendo passível de uma eventual ação expropriatória. No entanto, mais da metade da área é inapropriada para o uso agropecuário tradicional, o que dificulta a realização do programa de reforma agrária, pois os custos por família assentada irão se elevar.

Com essa hipótese o laudo diz que caberá ao INCRA reduzir a área destinada a cada família e garantir meios para que as famílias beneficiárias possam intensificar a produção.

Como conclusão final o perito federal agrário responsável pela confecção do laudo atesta que, embora a propriedade apresente possibilidades para a exploração agropecuária, ela possui impedimentos que dificultam o aproveitamento para o programa de Reforma Agrária, pois constata que 53,9% das terras da fazenda não são destinadas para as atividades agropecuárias tradicionais, pois é uma área composta de Reserva Legal, área de preservação permanente, serras, matas, brejos, espelho d'água, benfeitorias e áreas cedidas ao poder público além de todo patrimônio histórico e arqueológico existente na fazenda.

Mas se mesmo assim se o INCRA entender que a propriedade tem capacidade de receber o programa de Reforma Agrária, o Laudo sugere que se crie um assentamento com uma capacidade para 100 famílias com parcelas de terra em média de 43,21 hectares, incluídas as áreas de preservação permanentes inaproveitáveis e de reserva legal. Isso é mais uma prova que a fazenda apesar de todos os apontamentos contrários, pode passar pelo processo de Reforma Agrária.

3.3) ACAMPAMENTO DENIS GONÇALVES

A ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, aconteceu no dia 25/03/2010, sendo apoiada por diversos setores da sociedade civil, dentre eles sindicatos de Juiz de Fora, partidos políticos e movimento estudantil.

Presença da Policia Militar de Minas Gerais logo depois a ocupação da Fazenda. Março de 2010
FONTE: http://noticiasforadoar.blogspot.com

O processo de ocupação da fazenda se deu por um estudo prévio do MST, onde se concluiu que a propriedade era improdutiva, sendo passível de reforma agrária. Também havia sido realizando pelo INCRA um Laudo Agronômico da fazenda onde se constatou que apesar da fazenda ter um grande percentual de área que não poderia ser destinada para a agricultura tradicional, ao mesmo tempo alega que a fazenda não cumpre com a função social da terra sendo passível de Reforma Agrária.

Dentro desse processo foi de extrema importância o envolvimento do movimento estudantil na ocupação, tendo participação efetiva em todos os momentos. Ao ocupar, auxiliamos os futuros acampados a construir o acampamento, fazendo banheiros, cozinha, barracos e toda a infraestrutura necessária para a instalação do mesmo.

Cozinha Coletiva do acampamento Denis Gonçalves
Fonte: Arquivo pessoal de Vitor de Castro Morais.

Segundo um membro do MST, o movimento escolheu a fazenda principalmente por ser um latifúndio improdutivo e não cumprir sua função social. Além disso, outros fatores influenciaram para essa escolha, como por exemplo, sua trajetória histórica, com utilização do trabalho escravo no auge da lavoura do café e posteriormente por ser uma região produtora de leite, mantendo o latifúndio e degradando de forma massiva os recursos naturais.

A presença do MST na região da Zona da Mata mineira ainda é considerada como novidade. Existe apenas um assentamento que se localiza na cidade de Visconde do Rio Branco[5]. Também existia mais um acampamento na localidade de Santana de Cataguases[6]. Porém esse acampamento depois de anos, já produzindo e comercializando sua produção foi

[5] Assentamento Olga Benário.
[6] Acampamento Francisco Julião.

desapropriado, fazendo com que os acampados se deslocassem para os outros núcleos na região.

Por ser considerada uma novidade na região, a ocupação chamou atenção da mídia e foi acompanhada pela presença da policia militar. Uma emissora de televisão foi autorizada a acompanhar todo o processo de ocupação. Como já era de se esperar o aparato repressivo do Estado, representando pela polícia militar de Minas Gerais, aportou na fazenda fortemente equipada. Com tropa de choque, corpo de bombeiros, ambulâncias e alguns policiais fortemente armados além de um helicóptero que fazia voos rasantes na ocupação, com armas e câmeras apontadas para os ocupantes.

Todo esse movimento da polícia se deu devido à falta de experiência em agir sobre um caso especifico como este e também por conta de uma politica de Estado de enfretamento militar aos movimentos sociais. Vieram com todo o aparato repressivo, a fim de intimidar o movimento.

Todo esse movimento logicamente inibiu os manifestantes. Porém os policiais foram infelizes na negociação, pois não tinham argumentos contra a ocupação embora ostentassem armas para intimidar os militantes que eram estudantes, trabalhadores rurais sem terra e famílias no geral. Como um movimento organizado, as lideranças presentes souberam negociar com os policias, confeccionando um discurso politico filosófico confundindo a própria contra argumentação policial. Objetivo foi os fazer entenderem que nada podiam contra aquelas pessoas que ali estavam, pois elas estavam fazendo uma denúncia, através da ocupação de um latifúndio improdutivo.

Os primeiro momentos na fazenda foram marcados por forte emoção de todos os integrantes. Quando os manifestantes chegaram ao local onde iria ser montado o acampamento, foi feita uma roda e batizado o acampamento em nome de Denis Gonçalves.

Posterior a esse momento, foram divididas as equipes de trabalho, a fim de levantar o acampamento.

Como meio de demarcação do território a bandeira do MST foi hasteada na entrada principal da fazenda e no local onde iria ser montado o acampamento.

O local para ser montado o acampamento já tinha sido escolhido nos estudos prévios realizados pelo MST na fazenda. O movimento levou em conta a proximidade com a água, eletricidade e outras necessidades básicas que dão funcionalidade ao acampamento.

O movimento pretende ampliar no futuro assentamento e também no acampamento, como já vem fazendo a produção de verduras e legumes de forma agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis e a soberania alimentar.

No local onde foi primeiramente ocupado, o acampamento já vinha se consolidando. Já existia a presença de luz, banheiros coletivos, reservatórios d'água, várias famílias já tinham montado suas barracas e já havia a existência de uma horta comunitária, o que demonstra que o movimento se preocupou em produzir desde o primeiro instante.

Horta comunitária no acampamento Denis Gonçalves. Junho de 2010
Fonte: Arquivo pessoal de Vitor de Castro Morais

Segundo o militante do movimento é importante ressaltar o modo de produção que é defendido pelo Movimento. Para ele há duas matrizes hoje no Brasil, uma baseada no

agronegócio, com a produção de monoculturas para exportação a outra defendida pelo movimento que é de base agroecológica, como garantia de produzir alimentos saudáveis assim como a oferta de variedade.

O movimento logo antes mesmo de ocupar as terras da fazenda Fortaleza de Sant'Anna, sabia que a fazenda continha uma rica história, baseada no ciclo do café do século XIX e que por isso era portadora de construções antigas que são consideradas patrimônio histórico cultural. Além desse patrimônio histórico cultural, a fazenda também contém reserva legal de mata atlântica e possui sítios arqueológicos.

Todas essas variáveis se tornaram um ponto de interrogação, pois o movimento teria que lidar com tudo aquilo que existia na fazenda. A localidade sempre foi visitada por conta desses patrimônios. O próprio Laudo agronômico realizado pelo INCRA aponta essas variáveis como dificultador para a realização do programa de Reforma Agrária.

Depoimento da militância afirma que o movimento está preparado para lidar com as outras atividades potencializadas na fazenda como o turismo rural, já que a fazenda conta segundo o Laudo Agronômico realizado pelo INCRA de 53,9% de terras não utilizáveis para a agricultura tradicional apontando, portanto a atividade turística como uma possível utilização dessas terras.

Esse processo de apoio para dar viabilidade a essa atividade vinha sendo costurado entre o MST e as Universidades presentes na região segundo o professor do departamento de Geociências Leonardo Carneiro. Seria uma realidade nova a ser encarada pelo movimento, visto a responsabilidade com todo o patrimônio histórico, cultural e ambiental disponível na fazenda. Porém é preciso deixar claro que mesmo se a fazenda fosse desapropriada para a realização da Reforma Agrária, ainda caberia ao Estado, dar suporte técnico e financeiro para manter todos esses patrimônios, uma vez que o movimento sozinho não teria como garantir

100% da preservação de todo o patrimônio, pois por ser um Movimento Social autônomo não tem verbas para garantir o cumprimento das leis que asseguram a preservação do patrimônio.

Nada demais o Estado estar presente juntamente com o movimento na gestão de todo esse patrimônio histórico e ambiental presente na fazenda, uma vez que é dever do Estado garantir a preservação desses lugares a fim de assegurar os devidos usos. Sendo assim esse seria mais um desafio para o movimento, que diz estar preparado para esse tipo de atividade.

Segundo o professor a parceria entre o movimento e as Universidades Federais de Juiz de Fora e Viçosa, juntamente com o IFET Rio Pomba estava sendo muito bem consolidada. Essa parceria tinha como objetivo a construção do Relatório de Viabilidade Ambiental (RVA) e ajudar o movimento a pensar a questão dos patrimônios existentes na fazenda.

O como lidar com os patrimônios existentes era uma questão de interesse do movimento que muito bem articulado vinha fazendo parcerias com as instituições de ensino, a fim de atender as questões existente no relatório do INCRA.

A construção do RVA segundo o professor Leonardo era uma maneira de contrapor a posição do Laudo Agronômico, e dizer que havia uma possibilidade de existir um assentamento com características diferentes, e todas elas retroativas a produção dos assentados. Essa questão do turismo segundo ele poderia gerar uma nova potencialidade que não é comum nos assentamentos do MST, mais que poderia ser revertido economicamente para o assentamento, pois esse turismo poderia atrair pessoas que iriam consumir alimentos e produtos, fazendo com que o movimento pudesse produzir como exemplo geleias, pimenta, artesanato que geraria um mercado turístico envolvido no consumo dessa produção e serviria como complemento da renda dos assentados.

Porém essa parceria esfriou por conta do processo de reintegração de posse. Só que segundo o mesmo professor assim que o MST conseguir retomar a fazenda, como um futuro assentamento essa parceria com certeza vai voltar.

Ao ocupar a fazenda o MST pretendia criar um assentamento para no mínimo 200 famílias, incluindo as famílias que já moram na fazenda. Porém o laudo do INCRA aponta que se fosse desapropriar a fazenda para fins de Reforma Agrária, poderiam ser assentadas 100 famílias com um tamanho de terra em torno de 43 ha por família.

Esse ponto é uma discordância entre o movimento e o INCRA. Segundo o Membro do MST, 43 ha para cada família é muita coisa. Para lidar com a terra é preciso todo um preparo, toda uma técnica necessária para o seu cultivo o que iria dificultar para as famílias por conta da falta do apoio técnico. Poderia então ser criado um cenário de abandono dessas terras, por conta das dificuldades objetivas encontradas pelos assentados.

Barracos construídos no acampamento Denis Gonçalves ainda na Fazenda
Fonte: Arquivo pessoal de Vitor de Castro Morais

Por isso o movimento defende um assentamento maior e com menor tamanho de terras para cada família, pois além de assentar mais famílias, dará à terra a função que lhe é atribuída socializando-a e contribuindo para a formação de outro modo de vivência.

Quase um ano após a ocupação quando o acampamento estava se consolidado e os ocupantes produzindo a terra, houve o processo de despejo das famílias. A família proprietária da Fazenda entrou na justiça com o processo de reintegração de posse. Tendo a causa ganha obrigou todos os acampados a sair da fazenda.

No que tange o processo de desapropriação da fazenda, o membro do MST relata certa morosidade do INCRA com a questão. Segundo ele os técnicos do INCRA não viabilizaram o processo da maneira como deveria, deixando o processo correr sem tomar providências até acontecer o processo de reintegração de posse da fazenda.

Embora técnicos do IPHAN[7] tenham realizado visita técnica na fazenda para verificar todo o patrimônio cultural existente para passar as informações necessárias para o INCRA, segundo o militante, tais informações não "chegaram" ao INCRA, retardando todo o processo de elaboração do documento que desse suporte técnico a desapropriação da fazenda. Essa morosidade e até mesmo omissão do INCRA com o caso, também para ele, se dá devido à falta de comando que se estabelece no órgão. Uma vez que não há nenhuma obrigatoriedade de prazo para se proceder a desapropriação, aliado ao fato da própria má vontade das pessoas com o processo tudo isso redundando no fracasso do processo de ocupação.

Nos estudos elaborados pelo MST sobre a região, verificou-se que a mesma é dependente da cidade de Juiz de Fora como prestadora dos mais variados serviços públicos e privados. Além disso, levantou-se como problema comum às cidades médias da região a questão da pobreza da população, com grande número de moradores de rua.

Sendo assim foi feito um trabalho de base com essas populações tentando conscientizá-los para o processo e mostrar a importância do movimento. O trabalho de base também se deu em cima das ocupações urbanas existentes nas cidades do entorno.

Portanto esse acampamento é diferente de tantos outros já na sua essência, pois contou principalmente no início, com moradores de área de ocupação urbana, moradores de rua, com problemas sociais sérios como o alcoolismo e o uso de drogas, que por algum motivo queriam trabalhar na terra.

---

[7] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na maioria das vezes a dissociação entre campo e cidade é feita como se nenhum meio afetasse o outro. No desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o campo deixou de ser o lugar habitat para ser tornar lugar mercadoria (Mazzetto, 2005). Com isso houve um processo de êxodo rural muito grande. As cidades então passaram a sofrer com um excedente populacional, fazendo com que a população se marginalize, criando condições inadequadas de vida na cidade. Porém todo esse processo está consolidado como estratégia de reprodução do capital. O capitalismo necessita de um exercito industrial de reserva, que é composto que nada mais do que trabalhadores desempregados ou subempregados. Com esse exército de reserva os grandes proprietários industriais e empresários conseguem fazer com que o trabalhador não se rebele no local de trabalho, pois saberá que seu questionamento não vai dar em nada, visto que tem outras pessoas prontas para ocuparem a vaga dele no trabalho.

Também no Brasil a parir da década de 70, com o advento da revolução verde, o campo passou substituir mão-de-obra humana pelas máquinas, o que reforçou mais ainda o êxodo rural. Todo esse processo explica a pobreza da população urbana. Portanto não cabe questionar se as pessoas que aderiram o movimento, e lutam por um pedaço de terra são ou não das cidades, visto que no passado ele pode ter sido obrigado a ir para cidade devido à falta de condições no campo. Afinal trabalhadora é apenas uma única classe, independente do meio em que trabalha.

Também já era sabido pelo movimento da pobreza e das necessidades dos trabalhadores rurais da região. Com a ocupação feita, o movimento tinha certeza que mais pessoas iriam se aproximar, lutando pela Reforma Agrária Popular defendida pelo MST. Assim foi feito, e o acampamento conta hoje com um número enorme de famílias que lutam por um pedaço de terra.

Porém toda luta travada por esses trabalhadores brasileiros como colocado anteriormente sofreu um grande golpe com o processo de reintegração de posse da Fazenda.

Hoje essas famílias acampam na beira da estrada, onde foi montada uma infraestrutura básica para a organização do acampamento. Nesse lugar residem diversas famílias que ainda sonham e lutam pela desapropriação da fazenda Fortaleza de Santa'Anna.

As famílias dividem barracas com diversas outras famílias. Elas são divididas em três núcleos, que são responsáveis por cada parte do acampamento. Esses núcleos também são de referência para estudos, que visam compreender a dinâmica no mundo atual e os desafios a serem enfrentados, contribuindo para a formação militante dos acampados.

Todos esses acampados possuem funções determinadas, realizando atividades especificas a favor do acampamento e do movimento como um todo. Dentro disso têm os setores que compõem a organicidade, como o setor de educação, o setor de juventude, o setor de frente de massa, fazendo com que os militantes realizem atividades a fim de expandir o movimento.

No acampamento existente, apesar de todos os problemas, os acampados construíram hortas com produção de legumes e verduras, em uma terra que segundo algumas pessoas que conhecem a região, é uma terra "ruim" para o plantio. Essas hortas servem para retirar alimentos para o próprio acampamento, em alguns casos até para a venda. Isso é mais uma prova de que o movimento é capaz de garantir a produção de alimentos, mesmo em terras pouco férteis para a agricultura.

Hoje o acampamento Denis Gonçalves, recebe ajuda de diversos setores da sociedade civil, como sindicatos, partidos políticos, igrejas para a alimentação além se uma cesta básica fornecida pela CONAB[8].

A relação dessas pessoas com a comunidade ao redor não é de tensionamento, porém as pessoas por medo e até por certo preconceito não tecem nenhum relacionamento com os acampados. Vale ressaltar que desde o inicio da ocupação ainda na fazenda, o MST buscou

[8] Companhia Nacional de Abastecimento.

construir parcerias com as famílias que moravam na fazenda e até mesmo na cidade de Goianá.

No que diz respeito ao relacionamento do movimento com a prefeitura local, este é praticamente inexistente. Não é espantosa essa relação da prefeitura para com os trabalhadores acampados, uma vez que o Estado está relacionado com a elite burguesa do país, e no caso a prefeitura sempre manteve ao longo do tempo relações com os proprietários da fazenda.

Existem casos onde os acampados procuraram o posto de saúde local, quando lhe foram negados atendimento, sendo necessária a ameaça de se chamar a polícia para serem atendidos. Isso mostra o total desconhecimento desses profissionais com a política pública de Saúde, baseada nos princípios do SUS.

O que o MST propõe para a fazenda é um projeto de assentamento para 200 famílias, cultivando milho, hortaliças, mandioca, arroz, além de alguns animais de corte, como, porcos, e aves, para o consumo próprio e para a venda. Além da agricultura familiar baseada nos preceitos da agroecologia também poderão ser desenvolvidas atividades turísticas aproveitando os atributos e os atrativos existentes na fazenda.

Sendo assim o que antes era um território de dominação, de escravidão, baseado na monocultura cafeeira, prática agrícola desde os tempos de Brasil colônia, poderá ser a partir de uma perspectiva apontada pelo MST, um território de (r) existência camponesa, atendendo um número maior de pessoas e garantindo a soberania alimentar do povo brasileiro.

Logicamente que este processo social não se dá de maneira imediata, demandando assim um acúmulo de tempo histórico.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A partir dos dados obtidos na pesquisa, confrontados com referencial teórico adotado, o processo de construção do espaço geográfico na contemporaneidade se dá de acordo com as necessidades e o desenvolvimento do capitalismo.

O referencial teórico adotado na pesquisa para analisar a formação espacial é baseado na corrente da Geografia Crítica que analisa o espaço como um produto social, produto, onde se expressa todo conflito da sociedade e ao mesmo tempo influenciando o processo de construção da mesma.

O espaço na contemporaneidade como dito anteriormente se desenvolve na lógica capitalista. Essa lógica é dada algumas vezes a partir de comandos externos, sendo cada vez mais artificiais e estranhas ao lugar.

O discurso da globalização traz a promessa de homogeneização do espaço. Contudo ao analisar a dinâmica espacial, podemos observar que o processo de globalização se dá na lógica inversa do discurso. Ela é responsável pela enorme segregação espacial existente hoje, pois de acordo com a lógica do capital ela especializa alguns lugares, em detrimento de outros, fazendo com que se criem regiões desenvolvidas e outras não.

Sendo assim a lógica de formação espacial se dá como diz Milton Santos a partir dos atores que decidem e dos homens comuns. As ações dos atores que decidem são consideradas ações hegemônicas, pois são incorporadas por grande parte da sociedade e são dotadas de intencionalidades que os favorecem. Esses atores que decidem, na sua materialização, são representados pelos governos, as elites políticas e econômicas, as empresas multinacionais

dentre outros. Cabem aos homens comuns, adotar as ações estabelecidas pelos atores decididores, pois são dotados de uma consciência alienante imposta pela ideologia hegemônica.

O espaço geográfico é então um conjunto de relações sociais que se dão a partir de ações hegemônicas que se materializam, configurando o arranjo espacial formulado pela lógica capitalista. Essas relações sociais são dotadas de propósitos, que são contraditórios e/ou solidários, o que faz do espaço um palco de conflitos. É o palco de manifestação tanto da sociedade política tanto da sociedade civil.

No Brasil, desde seu descobrimento sempre teve uma lógica espacial baseada nas necessidades da burguesia europeia. Isso se arrastou por todo seu processo de formação, tendo ainda hoje vestígios dessa lógica de formação socioespacial.

Isso com o passar do tempo gerou conflitos, que em algumas vezes contestam a lógica espacial dada. Dentro do espaço existem várias organizações da sociedade civil, sendo uma delas representadas pelos movimentos sociais. Os movimentos sociais são compostos por pessoas e organizações que têm interesses comuns que lutam por determinados interesses perante a sociedade.

As ações dos movimentos sociais criam segundo Moreira (2002) o chamado contra espaço, pois ferem o principio da lógica espacial burguesa. Sendo assim esses movimentos sociais ao se manifestarem trazem consigo expressões, territorialidades que se materializam na construção do território.

Nesse caso considera-se que a ação dos movimentos sociais é capaz de criar e recriar territórios, possibilitando considera-los do ponto de vista geográfico como movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

No Brasil, o histórico dos movimentos sociais é resultado de várias lutas travadas, muitas delas com êxito. Isso nos mostra que desde o Brasil colônia a sociedade se organiza

para lutar por seus direitos e manifestar-se contra a ação hegemônica que a afeta. Isso nos revela a importância do seu destaque no cenário nacional.

No caso desse trabalho, o MST ao se manifestar, vai à busca da conquista do território, sendo considerado segundo Fernandes um movimento socioterritorial. Ao se manifestar o MST trás consigo territorialidades que ao se expressar vão contra a lógica espacial burguesa.

É um projeto fora da ordem, pois o campesinato defendido pelo MST trabalha para consolidar um projeto de sociedade com base em um plano em que o camponês seja o centro de construção propagação do desenvolvimento, onde a relação com a terra não é apenas a da troca mercantil, mas sim de convivência recíproca e respeitosa.

Sendo assim são criadores de contra espaço, promovendo a ação do Estado através da coerção física por meio das instituições militares ao reprimir fortemente o movimento.

Essa estratégia segundo Gramsci faz parte do controle político do Estado chamado de aparato repressivo do Estado, que é representado pelas instituições militares. No entanto, também é capaz de reprimir o movimento a partir de outra forma de controle politico que não envolve a coerção física, O que segundo Gramsci é através da hegemonia, chamado de aparato ideológico do Estado, morrendo na criminalização do movimento.

A proposta de Reforma Agrária Popular do MST vai contra o projeto existente para o campo brasileiro. Por isso o movimento é tão combatido na grande mídia e nas esferas políticas, fazendo com que o processo de criminalização do movimento aumente cada vez mais.

O movimento ao se territorializar, seja no processo de ocupação ou na criação do assentamento, estabelece uma nova forma de organização social, baseada nas bandeiras de luta que envolve o acesso à cultura, a própria realização da Reforma Agrária, o combate a violência sexista, a democratização da comunicação, o acesso à saúde pública, gratuita e de

qualidade, o desenvolvimento econômico, a diversidade étnica, a proposta de reformulação do sistema politico e a soberania nacional e popular.

Ao colocar em evidência outro modelo de sociedade, também coloca em risco a ordem hegemônica, podendo ser considerado um movimento contra hegemônico. As linhas políticas assumidas pelo movimento que buscam garantir a organização popular para que esta lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais posições estas afirmadas no V Congresso Nacional do MST no ano de 2007. Tais posturas visam reafirmar o modelo de sociedade que o movimento propõe, afirmando uma via alternativa ao modelo vigente fragilizando o arcabouço da sociedade hegemônica.

A análise do processo de ocupação da fazenda Fortaleza de Sant'Anna, traz diversos elementos que cabe aqui somente expor e refletir, não cabendo a este trabalho questionar as estratégias do MST, mas sim reafirmar sua eficácia e consequências para o exercício da cidadania e dos direitos do trabalhador rural.

Todo processo que antecede a ocupação se deu na realização de estudos prévios da região e se baseou principalmente no trabalho de base nas áreas de ocupações urbanas. Sabemos da realidade do meio urbano e do modo vida que levam essas pessoas. Na verdade, elas são inseridas em uma realidade completamente diferente do campo e tendo relações de trabalho diferenciadas.

Contudo temos também que analisar o processo de formação das cidades que se deu também a partir do êxodo rural. Sendo assim diversas famílias têm origem no campo, e hoje moram na cidade por falta de oportunidade para permanecer na terra. Também, muitas das vezes o trabalho na cidade é menos árduo do que no campo. Porém no campo essas pessoas podem ter condições de vida melhores. Na verdade, o que precisa ser garantido é o direito de permanecer ou se mudar do campo.

Cabe destacar que esse processo de migração campo-cidade tem relação direta com a concentração da terra e que gerou também a superexploração do trabalhador rural. Também evidencia uma política do Estado baseada em destinar recursos para regiões seletivas da cidade atendendo primordialmente as necessidades do capital.

A meu ver, o trabalho de base do MST tem que se dá em todas as esferas, pois tanto no campo quanto na cidade as condições dos trabalhadores são de exploração. Então o movimento mobilizando a classe trabalhadora para a reivindicação da Reforma Agrária popular, traz como propostas a melhoraria das condições de vida dos trabalhadores dando a eles acesso ao trabalho, à moradia digna, o direito a saúde e educação, além de tantos outros benefícios que fazem parte da pauta de luta do movimento.

Então a ocupação da fazenda Fortaleza de Sant'Anna foi válida nesse sentido, e ainda mais por ser um latifúndio improdutivo, que teria segundo a oficialidade do Laudo que ser destinada a Reforma Agrária tendo havido a ocupação ou não.

Porém não se pode deixar de pensar, nas dificuldades encontradas pelo movimento na realização desse trabalho de base, uma vez que a conjuntura não é favorável para as mobilizações dos movimentos sociais, visto todo o processo de criminalização que vem se consolidando ao longo do tempo.

Cabe também destacar a situação do trabalhador rural na Zona da Mata mineira, que na maioria das vezes trabalha em terras alheias, sendo super explorado vivendo em situações precárias. Também é extremamente importante a aliança que o MST fez com as mais variadas entidades e instituições da região. É extremamente positivo o papel do movimento estudantil na ocupação, pois mostra que a luta vai além dos muros da Universidade.

Citando a universidade, ao se construir uma relação de parceria com o movimento, ela demonstra seu verdadeiro papel na sociedade, que é apoiar e produzir conhecimento e ação que beneficie a sociedade que é quem a sustenta.

Também cabe aqui analisar como ponto positivo a inserção do MST no cenário político da Zona da Mata mineira. Ao se manifestar o movimento traz consigo novas territorialidades as serem impostas.

Com a existência de um assentamento consolidado, a criação de mais assentamentos poderá vir a criar uma rede de solidariedade, que poderá por sua vez ser capaz de substituir a cultura de exploração econômica da terra na região que historicamente foi baseado na produção da monocultura cafeeira, na produção da pecuária leiteira, e mais recentemente na plantação do eucalipto. Poderá assim ser beneficiada com essa rede de solidariedade e vir a ser uma região produtora de alimentos saudáveis de base agroecológica e que garanta a soberania alimentar da população.

Apesar de ter acontecido o processo de reintegração de posse da Fazenda, o MST ainda está presente e em luta para a desapropriação da fazenda com fins de Reforma Agrária. Hoje, são mais de 50 famílias que esperam a decisão do INCRA. 50 famílias prontas para assumirem os desafios de construir um assentamento. O que o MST propõe para a fazenda é um projeto de assentamento para 200 famílias, cultivando milho, hortaliças, mandioca, arroz, além de alguns animais de corte, como, porcos, e aves, para o consumo próprio e para a venda. Tudo ancorado na agricultura camponesa familiar de base agroecológica.

No que diz respeito ao patrimônio ambiental, cultural e arqueológico existente na fazenda relacionado com o eventual potencial turístico que possa existir, o movimento está pronto para encarar os desafios apontados no Laudo Agronômico da fazenda, mesmo que não possuam recursos econômicos que garantam a preservação dos mesmos.

Pode-se então aproveitar as parcerias com as universidades que gestaria juntamente com o movimento a manutenção e a devida exploração desses potenciais turísticos, desenvolvendo uma atividade diferenciada e não mercantilizada de turismo rural e também meios para que essa exploração traga retorno econômico para os assentados, como por

exemplo, a produção artesanal e a venda de produtos agroecológicos. Essa parceria ajudaria na manutenção desses patrimônios e evitaria que o movimento fosse alvo de críticas negativas com possíveis depredações aos patrimônios.

Também poderá ser pensada a proposta como acontece em outras regiões do país da montagem da "loja da Reforma Agrária", uma loja destinada a vender tudo que é produzido no assentamento.

É lógico que ao ocupar a fazenda o MST, vai contra a lógica do desenvolvimento econômico atualmente presente no campo brasileiro. Isso é um forte entrave para a realização do processo de Reforma Agrária no país e por isso ainda não foi efetivado. Esse pode ser um fator que fez o INCRA ser omisso no processo de desapropriação da fazenda. Acredito que muito mais do que um possível pensamento que a fazenda é muito grande para as famílias acampadas, o desenvolvimento do campo a partir dos princípios apontados pelo MST fere e fragiliza a ordem espacial burguesa.

Como o INCRA é um órgão representante do Estado, e sabemos a quem o serve essa omissão pode ter sido proposital e o laudo agronômico confeccionado pelo órgão além de técnico é também político, a fim de desmobilizar o movimento da ocupação e dar continuidade ao projeto burguês para o campo.

Sendo assim podem ser considerados dois pontos de vistas no que tange a dificuldade do processo de desapropriação da fazenda, um ponto de vista do movimento e quanto do INCRA.

Do ponto de vista do movimento, refere-se à política pretendida para o campo, baseada no grande latifúndio e na monocultura de exportação. Já do ponto de vista do INCRA, a ocupação com seu efetivo não era capaz de justificar a desapropriação de uma fazenda com aquela proporção de área.

Porém outro ponto deve ser considerado para analise. Mesmo que na visão do INCRA o efetivo da ocupação não fosse necessário para justificar a desapropriação da fazenda, existe um cadastro de famílias que estão, na verdade, à espera da realização da Reforma Agrária, que estão à espera de um pedaço de terra para sobreviver. Está é uma razão humanitária.Isso poderia ser levado em consideração para a desapropriação da fazenda.

Também deve-se considerar que o outro acampamento do MST na região, Francisco Julião, também sofreu o processo de reintegração de posse, aumentando assim o número de famílias sem terra. Sendo assim a territorialidade que poderá ser instalada com a criação do assentamento irá na lógica da criação do contra-espaço, que se dará, portanto, a partir de um movimento de contra poder, buscando compreender como se dão as relações do modo de produção capitalista no campo e, a partir disso, se pensar em alternativas para a organização da vida no campo atualmente imposta por esta sociabilidade. Esta poderá desenvolver um projetor popular para o campo com objetivo de eliminar a pobreza no meio rural, combater a desigualdade social e a degradação da natureza, assim como garantir a soberania alimentar com alimentos saudáveis, preservar a diversidade animal, vegetal e cultural em todos os territórios e garantir a participação igualitária das mulheres e dos homens.

Sendo assim, este trabalho defende a permanência e a qualificação, assim como o reconhecimento social da agricultura camponesa como estratégia capaz de apresentar uma alternativa o modelo baseado no agronegócio. E finalmente desenvolvendo a produção de alimentos saudáveis para viabilizar a produção do desenvolvimento igual da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDINO, J.L.; **MORAIS**, V.C. (Re) Configuração territorial da Zona da Mata Mineira: estudo de caso "acampamento Denis Gonçalves". Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros – ENG- AGB, Porto Alegre, 2010.

BETTO, Frei. **O que é comunidade Eclesial de Base.** 4ª ed.. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CASSAB, C. **Notas para um debate acerca da categoria movimento social**. In Revista Libertas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Serviço Social, v.2, n.2 jul/dez/2002 – v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003. P. 131-142.

CASTELLS, M. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. Annenberg School for Communication, University of Southern California. P. 238-266. 2006.

CORRÊA, R.L**. Espaço, um conceito chave da Geografia**. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ Sociedade Civil, Cultura e Hegemonia em Gramsci. In Revista Libertas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Serviço Social, v.1 n.1 jan/jun. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF 2001. P.67-84

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra.** XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinos Americanos. Washington – DC, 2001.

_____ **Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005.** In: MARAFON, G.J.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. **Abordagens teórico-metodologicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. P. 139-168.

_____ **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** In Revista Nera, ano 8 n. 6; p. 24 – 34. Presidente Prudente, 2005.

_____ **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** In http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf. Octubre de 2008.

GIANNOTTO, Vito. **Historia das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAZZETTO, Carlos E. Silva . **Lugar-hábitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados.** In: Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Pereira. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 217-244..

MONTAÑO, Carlos; **DURIGUETTO**, Maria Lúcia**. Estado, Classe e Movimento Social**. Parte III, CAP. 2. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O Espaço e o Contra-Espaço: As dimensões territoriais da sociedade civil e dos Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa.** In Revista Território Territórios. Programa de Pós – Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

NOSSA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR. MST, 2009. In http://www.mst.org.br/node/7708

PEET, Richard. **Imaginários de desenvolvimento.** In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. (Org.) Geografia Agrária: teoria e poder. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SIQUEIRA, S. M. M.. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade.** In: Anped, 2002, Caxmbu. Anped 2002. caxambu : Anped, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.

STEDILE, J.P. (Org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Campesinas.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVEIRA, Luíz Renato Silva. **LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA FORTALEZA DE SANT'AN**A. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Minas Gerais. Divisão de Obtenção de Terras. Belo Horizonte, 2010.

Sites:

http://www.mst.org.br/

http://www.ibge.gov.br/

http://noticiasforadoar.blogspot.com

http://maps.google.com.br